



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

PALLOMA DANIEL DE VASCONCELOS MOTA

RELAÇÕES BILATERAIS CHINA-BRASIL NO SETOR PETROLEIRO:
investimento, comércio e diplomacia à luz da Cooperação Sul-Sul no século XXI

JOÃO PESSOA

2021

PALLOMA DANIEL DE VASCONCELOS MOTA

**RELAÇÕES BILATERAIS CHINA-BRASIL NO SETOR PETROLEIRO:
INVESTIMENTO, COMÉRCIO E DIPLOMACIA À LUZ DA COOPERAÇÃO SUL-SUL
NO SÉCULO XXI**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel em Relações Internacionais pela
Universidade Federal da Paraíba.

Orientador (a): Prof^ª. Dr^ª. Elia Elisa Cia Alves

JOÃO PESSOA

2021

FICHA CATALOGRÁFICA <feita através do SIGAA>

--

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

M917r Mota, Palloma Daniel de Vasconcelos.

Relações bilaterais China-Brasil no setor petrolífero:
investimento, comércio e diplomacia à luz da Cooperação
Sul-Sul no século XXI / Palloma Daniel de Vasconcelos
Mota. - João Pessoa, 2021.
78 f. : il.

Orientação: Elia Elisa Cia Alves.
TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. China. 2. Brasil. 3. Setor Petrolífero. 4. Cooperação
Sul-Sul. 5. Investimentos Externos Diretos. I. Alves,
Elia Elisa Cia. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 327(02)

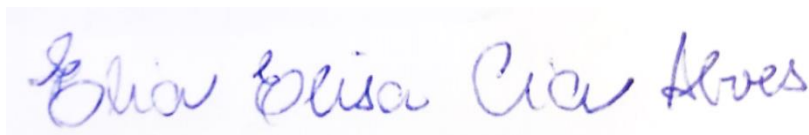
PALLOMA DANIEL DE VASCONCELOS MOTA

**RELAÇÕES BILATERAIS CHINA-BRASIL NO SETOR PETROLEIRO:
INVESTIMENTO, COMÉRCIO E DIPLOMACIA À LUZ DA COOPERAÇÃO SUL-
SUL NO SÉCULO XXI**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel (a) em Relações Internacionais.

Aprovado (a) em: 14 de julho de 2021

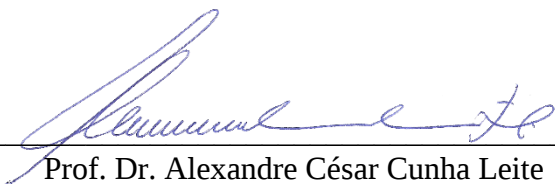
BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Elia Elisa Cia Alves – (Orientadora)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Pesquisador Renan Holanda Montenegro
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE



Prof. Dr. Alexandre César Cunha Leite
Universidade de Estadual da Paraíba - UEPB

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus por me conceder saúde física e mental para enfrentar todos os desafios que se apresentaram no meu caminho nos últimos 5 anos. Da forma como tudo aconteceu, só poderia ter tido a orientação dele para que tudo seguisse conforme havia de ser.

Aos meus pais, por sempre oferecer apoio e principalmente, recursos, para que eu sempre pudesse aproveitar todas as oportunidades acadêmicas que quis e precisei. Sem vocês, teria sido impossível tornar o sonho de cursar Relações Internacionais uma realidade. Obrigada por me conceder muito mais do que seria a obrigação de vocês e por acreditarem sempre no meu potencial. Sei que foi difícil aceitarem a minha saída tão cedo.

A todos os professores e colaboradores do Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba, também gostaria de agradecer por terem contribuído para a minha formação profissional e pessoal durante esses anos. Muitos de vocês têm um trabalho e um empenho que merecem a minha total admiração, principalmente pelo destaque que conseguiram atribuir ao curso em meio aos percalços da educação pública. Sem a centelha e a orientação de vocês, a graduação não haveria qualidade que possuí. À minha orientadora, professora doutora Elia Elisa Cia Alves, por não ter desistido de mim e ter continuado aberta ao meu pedido de orientação, mesmo depois de alguns semestres. Obrigada por prontamente me responder e auxiliar no que foi necessário; tenho muita admiração pela profissional que é.

Aos meus colegas de curso e amigos que fiz durante a caminhada universitária, muito obrigada não só pelo apoio diário nas aulas e atividades presenciais, como em todas as iniciativas das quais participei até então. Ter feito parte de uma sala tranquila e com colegas abertos ao diálogo sempre fez com que tudo conseguisse ser resolvido da melhor forma. Agradeço em especial aos demais amigos que fiz em João Pessoa, Manuella, Caio, Thales, Heloísa e Clara, por compartilharem tantos momentos importantes.

Por último e não menos importante, ao meu marido por ter feito parte de tudo isso e ter me dado o melhor presente da minha vida: nossa Céline. Por vocês, eu pensei muitas vezes em adiar e desistir, mas sempre conseguiram recarregar minhas energias e forças para continuar me dedicando aos estudos. Obrigada por fazerem a minha vida mais feliz. E à Rita, que faz um trabalho exemplar na nossa casa e por dedicar tantas horas aos cuidados da minha gorda.

*“Perguntas são as chaves que abrem
portas em nossas vidas e trabalho. O
desafio é encontrar a chave certa para a
porta correta”*

Hal Gregersen

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a postura chinesa nas relações bilaterais com o Brasil no âmbito energético a partir da presença no setor petrolífero. As relações bilaterais sino-brasileiras no século XXI têm, ano após ano, se intensificado nas mais diversas áreas - em especial na de energia, devido a diretrizes de maior atuação global. Tais ajustes giram em torno de promover uma inserção global e multilateral da China, a exemplo da política “Going Global” de internacionalização de empresas chinesas, além da busca por recursos naturais, tendo em vista sua grande produção industrial. O ano de 2008 foi um marco na atuação internacional chinesa, a partir do qual se verificou uma maior diversificação de parcerias, em detrimento de parceiros tradicionais. Sendo assim, considerando que a Cooperação Sul-Sul se apresenta como possibilidade de diversificação frente às instituições tradicionais do sistema internacional, permitindo com que os países do Sul possam protagonizar projetos de interesse mútuo, busca-se compreender se as relações sino-brasileiras nesse setor atendem às bases desse tipo de cooperação, visto que o país asiático desenvolveu uma postura internacional específica em suas relações no setor petrolífero.

Palavras-Chave: China; Brasil; Setor Petrolífero; Cooperação Sul-Sul; Investimentos Externos Diretos.

ABSTRACT

This work aims to analyze the Chinese stance in bilateral relations with Brazil in the energy field, based on its presence in the oil sector. Sino-Brazilian bilateral relations in the 21st century have, year after year, intensified in the most diverse areas - especially in energy, due to guidelines for greater global performance. Such adjustments revolve around promoting China's global and multilateral insertion, such as the “Going Global” policy of internationalization of Chinese companies, in addition to the search for natural resources, in view of its large industrial production. The year 2008 was a milestone in Chinese international operations, from which there was a greater diversification of partnerships, to the detriment of traditional partners. Thus, considering that South-South Cooperation presents itself as a possibility of diversification compared to the traditional institutions of the international system, allowing the countries of the South to take part in projects of mutual interest, the aim is to understand whether Sino-Brazilian relations in this sector they serve the basis of this type of cooperation, as the Asian country has developed a specific international posture in its relations in the oil sector.

Key words: China; Brazil; Oil sector; South-South Cooperation; Foreign Direct Investments.

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figura 1 – Preços do óleo bruto entre 1970-2011 e acontecimentos internacionais (em USD)	19
Figura 2 – Atores e hierarquias da CID.....	22
Quadro 1 – Principais diferenças entre a CNS e a CSS.....	24
Quadro 2 – Top 40 maiores transnacionais não financeiras do mundo, por quantidade de ativos estrangeiros em 1998.....	31
Quadro 3 – Top 40 maiores transnacionais não financeiras dos países em desenvolvimento, por quantidade de ativos estrangeiros em 2006	32
Quadro 4 – Empresas estatais no top 100 maiores transnacionais do mundo em 2017 e 2019.....	33
Figura 3 – Consumo e produção de petróleo e outros líquidos pela China entre 1993-2019..	37
Figura 4 – Consumo total de energia na China por tipo em 2008.....	38
Figura 5 – Consumo total de energia primária na China por tipo em 2019	39
Figura 6 – Importações chinesas de óleo bruto em 2019, por fontes	40
Figura 7 – Produção e consumo de petróleo e outros líquidos no Brasil entre 2010-2019 (em milhões de barris por dia)	44
Figura 8 – Exportações brasileiras de óleo bruto por região e país em 2019.....	45
Figura 9 – Mapa de exploração e produção de petróleo e gás (Polígono do Pré-Sal).....	47
Figura 10 – Ingresso dos investimentos das empresas petrolíferas chinesas entre 2009-2019	51
Figura 11 – Produção de petróleo por concessionária (2018)	51
Quadro 5 – Serviços prestados por empresas chinesas no setor de petróleo.....	56
Figura 12 – Setores abarcados pela celebração de acordos entre o Brasil e a China (1999-2019)	57
Quadro 6 – Principais empréstimos e acordos mapeados entre 2009 e 2015.....	58
Quadro 7 – Principais empréstimos e acordos mapeados entre 2016 e 2019.....	60

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Importações chinesas provenientes da América Latina por região e tipo de produto entre 2000-2016 (em %).....	42
Tabela 2– Produção de empresas petrolíferas chinesas no Brasil (2011-2019) em MBA	52
Tabela 3 – Exportações de óleo bruto do Brasil e da Petrobras para a China (em mil barris por dia).....	54

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AL – América Latina

ANP – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

BASIC – Bloco de quatro países recentemente industrializados formado pelo Brasil, África do Sul, Índia e China

BRICS – Bloco de integração formado pelo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

CCCC – China Communications Construction Company

CDB – China Development Bank

CEBC – Conselho Empresarial Brasil-China

CEPD – Cooperação Econômica entre os Países em Desenvolvimento

CID – Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

CNOOC – China National Offshore Oil Corporation

CNODC – China Southern Petroleum Exploration and Development

CNPC – China National Petroleum Corporation

CNPE – Conselho Nacional de Política Energética

CNS – Cooperação Norte-Sul

COSBAN – Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação

CSS – Cooperação Sul-Sul

CTPD – Cooperação Técnica entre os Países em Desenvolvimento

DP – Diplomacia do Petróleo

EIA – Energy Information Administration

EUA – Estados Unidos da América

FPSO – Floating, Production, Storage and Offloading

GG – Going Global

IBP – Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás

ICBC – Industrial and Commercial Bank of China

IED – Investimento Estrangeiro Direto

MBA – Milhões de Barris ao Ano

MOFCOM – Ministry of Commerce

MOFTEC – Ministry of Foreign Trade and Economic Cooperation

MOU – Memorando de Entendimento

MRE – Ministério das Relações Exteriores

M&A – Fusões e Aquisições (Mergers and Acquisitions)

NDB – Novo Banco de Desenvolvimento/ Banco dos BRICS

NDRC – National Development and Reform Commission

OM – Oriente Médio

OMC – Organização Mundial do Comércio

PABA – Plano de Ação de Buenos Aires

PAC – Plano de Ação Conjunta

PD&I – Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

PED – País Em Desenvolvimento

PP – Regime de Partilha de Produção

PETROBRAS – Petróleo Brasileiro S.A

RC – Regime de Concessão

SAFE – State Administration of Foreign Exchange

SASAC – State-owned Assets Supervision and Administration Commission

SINOPEC - China Petrochemical Corporation

UNCTAD – United Nations Conference on Trade and Development

UNOSSC – The United Nations Office for South-South Cooperation

USD – United States Dollar

WIR – World Investment Report

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 A DIPLOMACIA DO PETRÓLEO E A COOPERAÇÃO SUL-SUL COMO CONCEITOS ORIENTADORES.....	18
2.1 A Diplomacia do Petróleo na lógica dos investimentos chineses	18
2.2 A Cooperação Sul-Sul como subdivisão da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento	21
3 O PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DAS EMPRESAS CHINESAS E ESTRATÉGIAS DE INSERÇÃO NO SETOR PETROLEIRO.....	26
3.1 A estratégia “Going Global” de internacionalização de empresas chinesas ...	27
3.2 O papel das estatais chinesas	30
3.2.1 Estatais de petróleo	34
3.3 Inserção internacional no setor de petróleo	36
3.3.1 Situação energética chinesa	37
4 RELAÇÕES ECONÔMICAS NO SETOR DE PETRÓLEO: UM OLHAR PARA O CASO BRASILEIRO.....	44
4.1 Investimentos.....	46
4.1.2 Mapeando investimentos no setor	49
4.2 Comércio exterior	53
4.2.1 Balança comercial.....	53
4.2.2 Serviços.....	55
4.3 Diplomacia e finanças.....	56
4.3.1 Principais acordos e iniciativas.....	58
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	66
APÊNDICE – Lista de IED realizados por empresas chinesas no setor de petróleo entre 2010 e 2019	74
ANEXO A – Lista de projetos da Petrobras em parceria com a Sinopec (em % de participação)	77
ANEXO B – Lista de projetos da Petrobras em parceria com a CNOOC e a CNPC (em % de participação)	78

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho está inserido no contexto das relações bilaterais entre Brasil e China, que apresentaram expressivo crescimento multissetorial a partir do início do século XXI (CEBC, 2017), como consequência de algumas condições específicas da postura chinesa, a exemplo da sua abertura econômica na década de 1990 e posterior entrada na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001. Além disso, houve a consecução de etapas vinculadas aos planos de desenvolvimento nacionais (ACIOLY; LEÃO, 2011), a fim de promover uma inserção global e multilateral na esfera econômica. Essa conduta se evidencia, principalmente, pelo alargamento da presença das empresas chinesas, estatais e privadas, cuja expansão e acontece e impacta não apenas a área de investimentos produtivos, como também a comercial, a financeira, a diplomática, dentre outras.

Devido à circunstância de formidável estreitamento de tais relações, faz-se mister considerar que a evolução do crescimento da China, em grande medida, influenciou a trajetória do comércio exterior e de toda a economia brasileira no século XXI. Isso se evidencia de algumas maneiras, a exemplo de ter se tornado o maior parceiro comercial brasileiro e ter ampliado os fluxos de investimentos, produtivo e financeiro, direcionados ao país (ANDRADE ET AL, 2015), embora tal estreitamento também decorra, em parte, à considerável evolução do quesito bilateral ainda no século XX. As motivações, à priori comerciais, resultaram na assinatura de um acordo bilateral já em 1979, pouco tempo após o estabelecimento de relações diplomáticas. Tais motivações foram expandidas ao início dos projetos de cooperação, então marcados por projetos tecnológicos, como início do Programa do Satélite Sino-brasileiro de Recursos Terrestres (CBERS) em 1988, posteriormente evoluindo para o estabelecimento da Parceria Estratégica sino-brasileira em 1993, a primeira conferida a um país por parte da China (XU, 2017, p. 41).

Enquadra-se dentro do cenário recente o destaque que o setor energético vem apresentando, principalmente na relação de investimento, devido à sua posição estratégica em ambos os países. O Brasil é um país que possui uma matriz energética relativamente limpa, devido não apenas à disponibilidade quanto à utilização de fontes renováveis em sua oferta de energia interna. Contudo, desde 1990 predomina o uso de fontes não-renováveis no abastecimento interno, diferentemente do consumo entre 1970 e 1989, quando o país ainda conseguia fazer um uso equilibrado entre as fontes (50% de cada). Assim, embora seja dotado

de ampla disponibilidade de recursos e de significativo potencial energético, a fonte de maior importância e uso continua a ser o petróleo e seus derivados (EPE, 2019).

Em contraponto, embora não disponha, comparativamente, de tantos recursos naturais ou mesmo condições climáticas e territoriais favoráveis à expansão de uma matriz energética mais limpa, a China tem empreendido esforços¹ a fim de avançar com sua pauta verde, sendo hoje a maior produtora de equipamentos para a produção de energia eólica (LEÃO, 2018). Essa necessidade decorre em especial da busca por uma alternativa à dependência de petróleo no guarnecimento do crescimento chinês, tendo em vista sua grande produção industrial.

Por conta disso, embora haja uma relevante presença chinesa também no setor elétrico, o recorte temático da pesquisa é restrito ao setor petrolífero. Segundo dados do Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC, 2017), dentre os 27 investimentos confirmados em 2017, o setor de extração de petróleo e gás foi o que apresentou o maior número de projetos; embora ao se analisar somente os fluxos bilaterais de comércio, os produtos do setor energético como um todo não predominem.

A fim de identificar uma mudança no padrão de inserção da China no mercado petrolífero brasileiro no período pós-crise internacional (2008-2019), objetiva-se discutir as relações de finanças, comércio e diplomacia, considerando a perspectiva da Cooperação Sul-Sul de modo a analisar a postura chinesa nessa dinâmica. Afinal, como se deram os investimentos e demais fluxos de aplicações chinesas no Brasil dentro do setor petrolífero entre 2008-2019? Observa-se o enquadramento da relação chinesa no mercado petrolífero brasileiro na lógica da Cooperação Sul-Sul?

Esse recorte temporal é posto dado que é no século XXI que o país asiático passa a adotar, de maneira mais contundente, sua política “Going Global” de diversificação de investimentos internacionais no mundo em desenvolvimento, passando de uma presença acentuada em fluxos meramente comerciais (WOLF, 2019). É mais precisamente a partir de 2008 que se observa a mudança na presença em mercados do Sul global (a exemplo do Brasil) devido ao cenário pós-crise econômica que incentiva a procura pela diversificação de parcerias (LIMA, 2014) em detrimento de parceiros tradicionais.

¹ A magnitude dos impactos consequentes da mudança climática faz com que o assunto tenha uma ligação do âmbito internacional com o doméstico, sendo inserido nas estratégias de desenvolvimento nacional chinesas (MOREIRA; RIBEIRO, 2016).

Além das justificativas sobre relevância do tema apresentadas anteriormente, do ponto de vista das Relações Internacionais, o estudo se mostra relevante, pois tange à questão do estudo de poder. Sob essa ótica, dado o cenário de ascensão de ambos os países no sistema internacional e regional como potências do Sul global durante o período especificado. Nota-se, nesse contexto, uma coordenação de agendas políticas no sentido de promover parcerias, grupos e fóruns, tais quais o BRICS, o BASIC, a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), o Diálogo Estratégico Global (DEG) e o Diálogo Financeiro Brasil-China, para citar algumas iniciativas. Essas coalizões políticas são exemplos de progresso na institucionalização das relações entre as potências do Sul (a exemplo da Índia e da África do Sul, ambas presentes em duas das iniciativas acima citadas), ao criarem agendas próprias que em sua maioria incluem tópicos relevantes nas discussões multilaterais e bilaterais, como é o caso da energia e da mudança climática.

Do ponto de vista do marco teórico, é possível questionar-se: por que analisar essa dinâmica a partir da Cooperação Sul-Sul (CSS)? Tendo ela surgido como uma segmentação da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID), porém embasada em princípios distintos à tradicional Cooperação Norte-Sul (CNS), apresenta-se como uma nova modalidade de auxílio internacional alternativa principalmente aos países em desenvolvimento. Enquanto a CID admite a presença de relações de assimetria, hierarquia e dependência (MILANI; LOUREIRO, 2013), a CSS é pautada na concepção e implementação de políticas defendidas como sendo mais horizontais, menos assimétricas e fundadas na solidariedade entre países em desenvolvimento (MILANI; CARVALHO, 2012).

Desse modo, enquanto países em processo de desenvolvimento, Brasil e China têm buscado participar de iniciativas de ajuda externa dentro desse escopo. Como mencionado, a CSS se apresenta como possibilidade de diversificação frente às instituições tradicionais do sistema internacional, permitindo com que os países do Sul possam, assim, protagonizar projetos de interesse mútuo – exemplo é que a presença chinesa vem constituindo uma alternativa aos doadores ocidentais na América Latina (MENDES, 2010).

No contexto de ascensão chinesa, a participação nessas estratégias opera como instrumento de consecução de seus objetivos de política externa. Aliado à CSS, é isso que o conceito da ‘Diplomacia do Petróleo’ também busca evidenciar - ao invés de uma política externa cooperativa junto aos demais consumidores de petróleo, a China adota uma abordagem bilateral junto aos maiores produtores (JAFFE; LEWIS, 2002).

Como hipótese, sugere-se que a soma da insegurança energética à estratégia de diversificação setorial e de parcerias da China consubstanciada na política do “Going Global” provocou mudanças de cunho quantitativo e qualitativo no setor petrolífero brasileiro, entre 2008 e 2019. Ademais, utilizando-se da fundamentação da Cooperação Sul-Sul, busca-se compreender se as relações petrolíferas sino-brasileiras nesse setor atendem às bases desse tipo de cooperação.

A pesquisa tem caráter qualitativo, consistindo num estudo de caso das relações bilaterais do setor petrolífero entre China e Brasil na dimensão da cooperação internacional. Como estratégia metodológica de coleta de dados, utilizou-se relatórios de instituições oficiais como o CEBC, a Energy Information Administration (EIA) e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), dentre outros. Como estratégia de análise de dados, empregou-se análise descritiva de dados estatísticos a respeito de fluxos comerciais e de internacionalização produtiva, bem como análise de conteúdo de acordos bilaterais firmados entre os dois países. A abordagem qualitativa foi empregada objetivando-se compreender como e através de quais meios se dão os investimentos no setor petrolífero da China para o Brasil, para que fosse possível analisar as relações nos critérios da Cooperação Sul-Sul.

A estrutura do trabalho segue com o primeiro capítulo, que se inicia com a abordagem da Diplomacia do Petróleo; um instrumento da dimensão material da mudança chinesa frente aos objetivos de matéria energética. Para isso, é apresentada uma breve análise histórica da condução da política externa chinesa em relação à energia, seguida da busca pela segurança energética, ressaltando os pontos de intersecção entre a China e o Brasil. Em seguida, há uma breve revisão bibliográfica acerca da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID), relatando suas origens e segmentações e principais conceitos teóricos, dialogando sobre elementos que caracterizam esse debate, buscando o enquadrar a partir da perspectiva da atividade relacionada ao petróleo.

No segundo capítulo, objetiva-se entender o posicionamento internacional da China no setor petrolífero. Dessa forma, é primeiramente exposto o processo de internacionalização das empresas chinesas, ressaltando o papel de suas estatais e concedendo um panorama da situação energética do país, seguida de seu posicionamento internacional na América Latina.

Seguindo essa lógica, o terceiro capítulo é dedicado ao mapeamento e posterior discussão dos investimentos produtivos, fluxos de comércio, acordos e empréstimos no setor. Versa-se brevemente acerca da situação energética interna do Brasil, perpassando a composição

de sua matriz, a importância do setor petrolífero e atração de empresas estrangeiras para o mercado. É apresentado também um levantamento tanto dos acordos quanto da entrada de empresas chinesas no setor, além de estatísticas gerais da relação bilateral.

Conclui-se que houve um aumento expressivo na quantidade de investimentos realizados no Brasil desde 2009. Ao passo que as empresas estatais adentraram diretamente o setor de exploração e produção de petróleo, também se nota que houve um transbordamento dessa presença para demais atividades da cadeia produtiva, em especial o setor de infraestrutura e serviços, contando também com a presença de empresas privadas. Ademais, o reflexo da conjuntura interna e externa também se deu no comércio exterior, com a China se tornando o principal parceiro comercial e também destino das exportações de petróleo brasileiras. Entretanto, as companhias estatais atuam segundo uma inclinação voltada ao mercado, corroborando para a análise de que o padrão de relacionamento se assemelha mais ao conceito da Diplomacia do Petróleo do que a Cooperação Sul-Sul, embora algumas iniciativas compactuem com essa lógica cooperativa.

2 A DIPLOMACIA DO PETRÓLEO E A COOPERAÇÃO SUL-SUL COMO CONCEITOS ORIENTADORES

De modo a favorecer a compreensão de fatores elementares à dinâmica da relação sino-brasileira no setor petrolífero, faz-se mister a abordagem de dois conceitos norteadores, sendo eles tanto a parceria estratégica da Diplomacia do Petróleo, quanto a Cooperação Sul-Sul.

2.1 A Diplomacia do Petróleo na lógica dos investimentos chineses

Embora busque-se compreender a condução da política de investimentos principalmente durante a década pós-crise financeira mundial, é necessário que se apresente como fundamento uma breve análise histórica da condução da política externa chinesa em relação ao setor energético. É com esse intuito que Montenegro (2019) busca realizar um delineamento histórico, o qual se mostra elementar na utilização do conceito abarcado pela Diplomacia do Petróleo (DP) com o propósito de complemento do marco teórico escolhido.

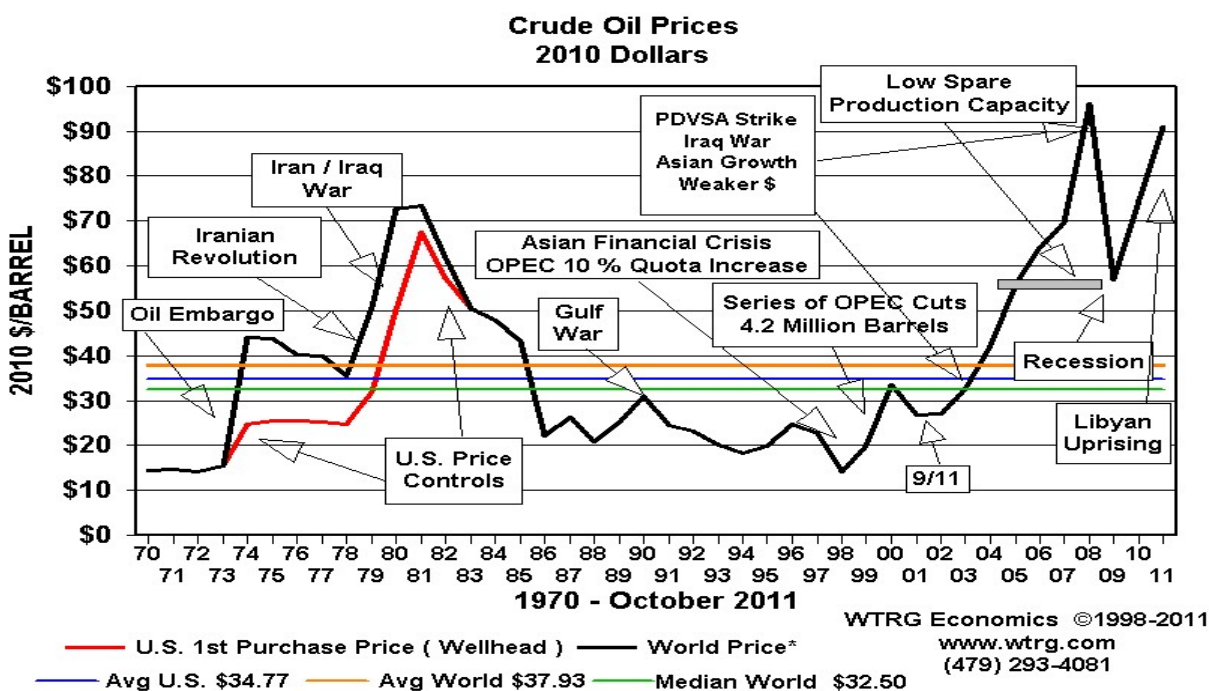
Aliado ao exposto por Jaffe e Lewis (2002), que fazem uso desse conceito para falar a respeito desse quesito, ao invés de buscar empregar uma política externa cooperativa com os demais consumidores de petróleo, a China passou a adotar uma abordagem bilateral junto aos maiores produtores – como é o caso atual de sua relação com o Brasil e também com outros países na América Latina e na África. Isso acontece devido ao fato de o consumo interno do petróleo ter atravessado a própria produção nacional em 1993, fazendo com que assim o país perdesse sua autossuficiência e precisasse suprir sua demanda a partir de importações e outras fontes. Com esse intuito, os esforços chineses alinharam-se para garantir o abastecimento dos principais países produtores de petróleo e proteger suas principais rotas de petróleo (LAI, p. 521)².

Como infere-se a partir da figura 1, num cenário pós-invasão do Kuwait (1990), os preços do petróleo não eram elevados, embora não chegassem a valores tão baixos quanto os empregados antes da crise energética de 1973. Desse modo, a partir desse contexto, as

² Segundo Lai (2007, p. 520), “há uma literatura pequena e crescente sobre a diplomacia do petróleo e a segurança energética da China (...) que enfoca e lança luz sobre as seguintes questões: demandas e suprimentos de energia atuais e projetados da China; sua estrutura energética; seus esforços para explorar fontes domésticas, expandir a produção e aumentar a eficiência energética; e as implicações das demandas e importações de energia da China nos mercados globais de energia. Vários estudos também discutem os esforços da China, especialmente aqueles feitos por suas empresas estatais de petróleo para se expandir em mercados de petróleo no exterior e adquirir campos de petróleo no exterior. Outros estudos discutem os movimentos da China para garantir rotas marítimas e construir estoques de petróleo e refinarias (...)”. Integram essas discussões, por exemplo, o trabalho de Mawdsley (2007).

companhias estatais iniciam suas estratégias de internacionalização, adquirindo direitos de exploração em campos internacionais. Esse fator contribuiu diretamente para tornar a China num “player” ativo em regiões que, além de oferecerem áreas para exploração de petróleo, também detinham pequena competitividade à entrada chinesa, como foi o caso do Sudão, na África, e da Venezuela, já na América Latina (AL). O fato de os chineses iniciarem o seu processo de expansão tardiamente, em comparação a alguns países ocidentais, teve consequências em relação à gama de opções disponíveis no momento.

Figura 1 – Preços do óleo bruto entre 1970-2011 e acontecimentos internacionais (em USD)



Fonte: WTRG Economics, 2011.

Desse modo, nota-se desde então o destino desses investimentos sendo direcionados a países do Sul global. Contudo, a parceria comercial foi intensificada primeiramente com o Oriente Médio (OM), através de um aumento das importações provenientes da região. Em 2003, era estimado que 50% das importações de óleo do país eram provenientes da região, concentradas na Arábia Saudita, Omã e Irã (ZWEIG; JIANHAI, 2005).

Portanto, como indicado por Lai (2007 *apud* Montenegro, 2019), a DP vem se tornar um marco na política externa chinesa a partir de 1993, sendo desenvolvida em três frentes – a expansão da oferta em campo internacional, partindo do Oriente Médio; a diversificação de fontes de importação, principalmente a partir de investimentos em regiões como a África, Rússia, Ásia Central e Américas; e a garantia de rotas de transporte. Desse modo:

Ainda que a dependência de fontes estrangeiras para garantir a oferta de energia não seja uma ameaça crucial³, o fato é que os esforços da diplomacia do petróleo tocada pela China têm sido centrais na atuação internacional contemporânea do país (MONTENEGRO, 2019, p.174).

Jaffe e Lewis (2002) ressaltam que o plano do governo central chinês era alcançar cerca de um terço da necessidade energética do país por meio da exploração, mas também de aquisições internacionais, o que logo se tornou possível devido a um superávit no orçamento da estatal ‘China National Petroleum Corporation’ (CNPC), propiciando fundos para que fossem realizados investimentos em campos internacionais.

Outro ponto ressaltado pelos autores é o fato que, por antes estar respaldada por sua condição de autossuficiência, a China se mostrava indiferente a acontecimentos internacionais recorrentes na geopolítica petrolífera, a exemplo dos ocorridos no OM; tomando assim uma posição contrária à de países costumeiramente intervenientes em tais questões, como os Estados Unidos e a Rússia.

Sob essa ótica, uma característica desse conceito é a sua relação com a procura pela garantia de segurança energética ao país asiático, que Montenegro (2019) aponta como um componente decisivo para a formulação das políticas nacionais de defesa e segurança, valendo-se da definição de Yergin (1988, p. 111 *apud* Montenegro, 2019, p. 168), de que, na prática a segurança energética objetiva “[...] assure adequate, reliable supplies of energy at reasonable prices and in ways that do not jeopardize major national values and objectives”. A operacionalização da produção “off shore” é um exemplo de iniciativa realizada a partir disso, basicamente por meio de três empresas mistas do setor, sendo elas a China National Offshore Oil Corporation (CNOOC), a Sinopec e a já citada CNPC.

Apesar de Xu (2017) considerar o relacionamento bilateral sino-brasileiro como o mais importante da AL pelo fato de o Brasil ser o maior parceiro comercial na região, apontando que o reconhecimento de parceiro estratégico conferido ao Brasil foi o primeiro concedido a um país, discorda de Jaffe e Lewis (2002) ao adequar tal parceria estratégica ao enquadramento da Cooperação Sul-Sul (CSS). Realmente, ambos os países são atores globais e líderes regionais (XU, 2017, p.45), utilizando-se dessa similaridade para desenvolver um caminho de iniciativas de cooperação em diversas áreas. Contudo, como será discutido a seguir, a CSS é mais do que isso, estabelecendo objetivos e princípios delimitados.

³ Neste trecho, o autor faz referência à eficiência energética, considerada por ele a maior ameaça.

2.2 A Cooperação Sul-Sul como subdivisão da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

Considerando o impulso dado pela abertura da economia chinesa e sua consequente expansão internacional⁴, a China avançou gradualmente no seu processo de integração às organizações multilaterais, conseguindo recuperar sua influência no cenário regional e mundial. Além da OD, a China também se utilizou de instrumentos de cooperação para projetar seu poder econômico, ao passo que viabilizou uma nova alternativa de parcerias envolvendo investimento, comércio, empréstimos e crédito no geral, em especial aos países em desenvolvimento.

A CSS deriva de um escopo conceitual maior, que é a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID), uma espécie de guarda-chuva teórico sob o qual se estabelecem algumas subdivisões. Embora na literatura não haja consenso acerca de uma definição precisa para a CID e suas variações, adotam-se aqui algumas visões a fim de desenvolver essa perspectiva. Parte dessa instabilidade teórica-conceitual é apontada por Caixeta (2015) como decorrente da popularidade do tema e à transição momentânea que perpassa a dinâmica das relações internacionais com a inserção da CSS no debate.

Assim, convencionou-se a CID como um pressuposto da existência de uma responsabilidade coletiva dos atores diante dos desafios atuais da civilização humana (CAIXETA, 2015), como interações intencionais e coordenadas entre os Estados a fim de atingir objetivos em comum na área do desenvolvimento (VICTAL, 2018), ou como um campo político cujas bases filosóficas fomentam relações assimétricas de hierarquia e dependência; na qual diversos atores podem estar nela envolvidos, cada um com sua individualidade, interesses e motivações próprias, seja oriunda dos países doadores ou receptores (MILANI; LOUREIRO, 2013). Desse modo, o que era apenas um conjunto de experiência temporárias, movidas por diversos interesses, constituiu não só uma norma como um modo de atuação desses Estados em suas relações (MILANI, 2014, p. 33).

Entretanto, um consenso é que o contexto na qual ocorreu essa formulação, no período do pós-II Guerra Mundial, motivou uma orientação dessa prática para a disseminação dos modelos de desenvolvimento ocidentais, caracterizando-se pelo predomínio de uma Cooperação Norte-Sul (CNS), a qual foi estabelecida entre países já considerados

⁴ As estratégias de internacionalização e um aprofundamento nesse aspecto é abordado no capítulo seguinte.

desenvolvidos e os ainda em processo de desenvolvimento. Por conta disso, na CNS muitas vezes há a presença de interesses contraditórios, já que o país receptor normalmente ocupa uma postura de aceitabilidade frente às frequentes condicionalidades propostas pelos países doadores, caracterizando, assim, uma relação de assimetria.

Figura 2 – Atores e hierarquias da CID



Fonte: Milani; Loureiro, 2013, p. 236.

Isso posto, Caixeta (2015) busca ressaltar que a CSS vem se apresentando como tendência no plano internacional ao propor novos princípios, métodos e objetivos, o que a diferencia da CID, por essa comumente abarcar relações Norte-Sul. Essa, por sua vez, é pautada pela influência emergente de novos atores globais, a exemplo de países em desenvolvimento, organizações não-governamentais e empresas. Assim, é comumente instrumentalizada por meio de acordos de parceria entre tais atores internacionais, a exemplo dos países e também organizações internacionais, porém não somente a eles, como mencionado acima.

Victal (2018) indica 1970 como o referencial histórico acerca da discussão da CSS, que é primeiramente colocada como item da agenda da Organização das Nações Unidas (ONU), sendo por essa lógica, orientada pelas agendas de desenvolvimento da organização. Para mais, o Plano de Ação de Buenos Aires (PABA) é visto por Caixeta (2015, p. 12) como um marco não apenas estratégico como conceitual e temporal à CSS, por estabelecer objetivos estratégicos à modalidade. Segue-se ao PABA, em 2009, a Conferência de Nairóbi, “repactuando os compromissos dos países na agenda Sul-Sul”.

Levando em consideração essas particularidades e sabendo que a CSS apresenta o mesmo dilema no que diz respeito à sua conceituação, uma vez que é derivada da CID, é tomado como base a definição do The United Nations Office for South-South Cooperation (UNOSSC)⁵, que a sintetiza de forma bastante completa:

A agenda de cooperação Sul-Sul e as iniciativas de cooperação Sul-Sul devem ser determinadas pelos países do Sul, orientados pelos princípios de respeito à soberania nacional, apropriação e independência nacional, igualdade, não condicionalidade, não ingerência nos assuntos internos e benefício mútuo.

Tendo isso em vista, a UNOSSC também elaborou⁶ alguns objetivos básicos norteadores a partir do acordado pelo PABA e endossado pela Assembleia Geral em 1978:

- Fomentar a autossuficiência dos países em desenvolvimento, aumentando sua capacidade criativa para encontrar soluções aos problemas de desenvolvimento de acordo com suas próprias aspirações, valores e necessidades específicas;
- Promover e fortalecer a autossuficiência coletiva entre os países em desenvolvimento por meio do intercâmbio de experiências; o agrupamento, compartilhamento e uso de seus recursos técnicos e outros; e o desenvolvimento de suas capacidades complementares;
- Fortalecer a capacidade dos países em desenvolvimento de identificar e analisar juntos seus principais problemas de desenvolvimento e formular as estratégias necessárias para abordá-los;
- Aumentar a quantidade e melhorar a qualidade da cooperação internacional para o desenvolvimento por meio da reunião de capacidades para melhorar a eficácia dos recursos destinados a essa cooperação;
- Criar e fortalecer as capacidades tecnológicas existentes nos países em desenvolvimento a fim de melhorar a eficácia com que essas capacidades são usadas e para melhorar a capacidade dos países em desenvolvimento de absorver e adaptar tecnologia e habilidades para atender às suas necessidades específicas de desenvolvimento;
- Aumentar e melhorar as comunicações entre os países em desenvolvimento, levando a uma maior consciência dos problemas comuns e a um acesso mais amplo aos

⁵ O UNOSSC é um escritório do sistema ONU derivado do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDP), criado em 1974 na Assembleia Geral da ONU para coordenar a CSS e a Cooperação Triangular a nível global. Definição disponível no site: <<https://www.unsouthsouth.org/about/about-unossc/>>. Acesso em 07 junho de 2021.

⁶ Tradução própria.

conhecimentos e experiências disponíveis, bem como à criação de novos conhecimentos para lidar com os problemas de desenvolvimento;

- Reconhecer e responder aos problemas e necessidades dos países menos desenvolvidos, países em desenvolvimento sem litoral, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países mais seriamente afetados por, por exemplo, desastres naturais e outras crises; e
- Permitir que os países em desenvolvimento atinjam um maior grau de participação nas atividades econômicas internacionais e expandam a cooperação internacional para o desenvolvimento.

Portanto, o quadro 1 apresenta as principais diferenças entre as modalidades da CID. Apesar da característica de horizontalidade das relações sob o escopo da CSS, não se pode afirmar que apenas as relações entre Norte e Sul são permeadas de assimetrias, sendo isso o que se intenta analisar e verificar neste trabalho.

Quadro 1 – Principais diferenças entre a CNS e a CSS

CID	ATORES ENVOLVIDOS	PRINCIPAIS DIFERENÇAS	CONCEITOS-CHAVE
CNS	Países/atores do Norte com países do Sul global	Assistência verticalizada de recursos, políticas e tecnologias dos países Norte para os do Sul	Desigualdade; Verticalidade; Condicionalidades;
CSS	Países/atores do Sul	Colaboração entre países do Sul a fim de somar esforços em várias áreas para atender às metas de desenvolvimento próprias	Respeito pela soberania nacional; Igualdade; Não-condicionalidade; Benefício mútuo; Horizontalidade

Fonte: Elaboração própria.

Victal (2018) traz ao debate um interessante elemento ao acrescentar a distinção de duas submodalidade da CSS – a Cooperação Técnica entre os Países em Desenvolvimento (CTPD) e a Cooperação Econômica entre os Países em Desenvolvimento (CEPD). Contudo, ressalta que apesar de conferirem uma complementaridade à modalidade principal (CSS), a primeira seria especificamente direcionada ao uso de recursos de origem dos PEDs, tais quais bens e

serviços, enquanto a última abarca o fomento de relações econômicas entre tais países, como a promoção do comércio exterior, dos investimentos e finanças.

Sob esse escopo, como já mencionado brevemente e que ainda será discutido ao longo do trabalho, a China vem obtendo prestígio na sua participação no âmbito regional e internacional, não só integrando instituições multilaterais, como ajudando a fundá-las, a exemplo do que se sucedeu com a criação do grupo BRICS e as organizações ligadas a ele, tal qual o New Development Bank (NDB), com a proposta de fomentar projetos orientados para infraestrutura e desenvolvimento sustentável a países do próprio BRICS ou de outras economias emergentes.

Desse modo, percebe-se a contribuição e relevância de tais arcabouços teóricos para o desenrolar dos objetivos propostos, para que seja possível compreender e mesmo responder ao problema de pesquisa. Com o fundamento da Diplomacia do Petróleo, verifica-se a dimensão material da condução chinesa ao impulsionar a internacionalização de empresas do país, assim como a permissão e orientação elaborada pelo governo a fim de favorecer não apenas a recepção, como também a realização de investimentos em outros países; enquanto a Cooperação Sul-Sul, juntamente às suas submodalidades, contempla uma dimensão imaterial, como um ideal a ser seguido e alcançado através de suas ações no âmbito externo.

3 O PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DAS EMPRESAS CHINESAS E ESTRATÉGIAS DE INSERÇÃO NO SETOR PETROLEIRO

Em decorrência do processo de abertura econômica chinesa iniciado no fim da década de 1970, desencadearam-se diversas mudanças na economia, na política e na sociedade. A reformas realizadas a partir do governo de Deng Xiaoping contribuíram para a criação de um ambiente doméstico estável, de modo a viabilizar o desenvolvimento nacional e sua posterior projeção externa; tendo em vista a continuidade das políticas e de um pragmatismo em relação à perseguição de objetivos e do multilateralismo nos governos seguintes (ALMEIDA, 2019).

Conforme discorrido anteriormente, os primórdios da relação diplomática se deram pelo reconhecimento apenas da China continental pelo governo brasileiro em 1974, seguido da assinatura do primeiro acordo comercial poucos anos depois. Ainda no século XX, observou-se o aprofundamento da cooperação em projetos de ciência e tecnologia e também o estabelecimento das relações comerciais, embora o crescimento notório nesse quesito só tenha se consolidado já no século XXI (ANDRADE ET AL, 2015).

Dessa forma, mais precisamente a partir de 2000 nota-se a evolução das relações econômicas entre ambos os países. Além das reformas de Xiaoping e o progressivo desenvolvimento da indústria, a entrada na OMC integrou a estratégia de política externa chinesa de impulsionar a participação do país na economia mundial, valendo-se de mecanismos de transparência e de estrutura legal em conformidade às regras da organização (PEREIRA; FILHO, 2005 *apud* COSTA; MENDONÇA, 2017). Esses elementos, principalmente econômicos, contribuíram para que a China fosse categorizada como uma potência emergente⁷, permitindo que o país atravessasse a crise econômica de 2008 sem maiores problemas e ainda conseguindo transformar o cenário em oportunidade de crescimento.

Ao longo desse processo, é possível constatar que a expansão internacional da China foi principalmente estruturada por meio de estratégias, sendo elas pautadas em políticas de diversificação de investimentos estrangeiros diretos (IED), promoção do comércio exterior, fomento de mecanismos financeiros, ajustes em política cambial e estreitamento de relações diplomáticas, ampliando sua participação no cenário multilateral. Dentre as estratégias

⁷ Embora esse termo ainda seja bastante atribuído nas discussões envolvendo China, há um debate concomitante que já há algum tempo refuta essa classificação. Isso ocorre devido à China já ter alcançado posições semelhantes às de outras potências em critérios como paridade de poder de compra, gastos militares, possuir um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, dentre outros.

abarcadas pelos planos desenvolvimentistas nacionais chineses, enfatiza-se a relevância da política “Going Global” como responsável por guiar o avanço dessa integração do capital chinês aos demais mercados.

Como aponta Junqueira (2020), um dos principais elementos do desenvolvimento chinês é o uso do aparelho estatal como ferramenta de política econômica. Assim, os objetivos deste capítulo são apresentar a política de promoção internacional e entender como se dá a inserção nesses mercados, dividido em três seções. A primeira discorre acerca do projeto “Going Global” (GG) e seus atores dirigentes. A segunda explica a segmentação das empresas estatais, apresentando um breve resumo das firmas atuantes no setor do petróleo. A terceira estuda o papel da China na sua inserção internacional, retratando a situação interna em termos de energia e fornecendo um panorama dos IED na região da América Latina.

3.1 A estratégia “Going Global” de internacionalização de empresas chinesas

As transformações internas na China tiveram efeitos em todas as áreas, com reflexos na projeção global do país, ao que o seu governo passa a se mostrar mais receptivo a uma gradual reinserção às dinâmicas globais (VANDERLEI, p. 85, 2018). A GG, portanto, tornou-se o ícone do advento dessa nova orientação na postura chinesa frente ao internacional, aliando os seus objetivos internos aos propósitos de ordem externa.

Os antecedentes intrínsecos à formulação dessa política derivam de uma sucessão de circunstâncias no reordenamento interno, de modo a conciliar as metas tanto da política industrial quanto da contabilidade nacional. Logo, Acioly e Leão (2011) entendem que, no contexto de abertura ao mercado, o balanço de pagamentos ainda encontrava restrição de divisas oriunda do histórico econômico do país, que, por sua vez, limitava a importação de produtos, fossem eles básicos ou manufaturados. Como solução a esse cenário, o Estado articulou uma abertura planejada de sua economia, visando uma complementaridade entre os interesses das empresas nacionais e do capital estrangeiro.

Essa segunda fase propiciou a modernização e o desenvolvimento das empresas chinesas, que utilizaram a atração de investimentos como artifício para direcionar a entrada dos recursos conforme a necessidade da estrutura produtiva, assim avaliada pelo governo. Portanto, além da seleção de áreas e regiões do país, também houve designação dos setores responsáveis pela recepção do capital, direcionados aos ramos da tecnologia e demais responsáveis pelas

exportações. Alia-se a isso o incentivo à privatização das empresas estatais de pequeno porte, enquanto as de médio e grande porte são incentivadas ao processo de fusão – tudo isso obviamente sob a supervisão estatal (ACIOLY; LEÃO, 2011; XU, 2017). Os autores ressaltam que “por isso, as políticas para o setor externo contemplavam acordos de transferência tecnológica, desenvolvimento de P&D local e exigências de exportação de parte da produção” (ACIOLY; LEÃO, 2011, p. 16).

Ademais, a entrada abundante de IED durante o curso de fortalecimento das empresas provocou um acúmulo de reservas cambiais, que acarretou em pressão sobre a política cambial chinesa⁸. Diante desse quadro, já numa posição na qual as empresas haviam alcançado certa competitividade devido ao estabelecimento de uma ampla base exportadora (ACIOLY; LEÃO, 2011), o governo passou a encorajá-las a se projetarem em direção ao mercado externo.

Dessa forma, primeiramente de 1979 a meados de 2002, verifica-se um progressivo relaxamento das regras relacionadas ao capital externo, tornando tanto a entrada quanto a saída de investimentos procedimentos menos restritos e burocráticos. A execução se deu pelas agências estatais pertinentes, que permanecem envolvidas em continuidade às fases do processo de internacionalização. O Conselho de Estado ocupou lugar de destaque na supervisão, operando por meio da State-owned Assets Supervision and Administration Commission (SASAC), enquanto a State Administration of Foreign Exchange (SAFE) e o National Development and Reform Commission (NDRC) integram o núcleo ministerial, ocupando uma posição abaixo. A participação do Ministry of Commerce (MOFCOM), substituído pelo predecessor Ministry of Foreign Trade and Economic Cooperation (MOFTEC), também é observada nessa posição, ao passo que as demais agências e ministérios das áreas afins (agricultura, tributação, energia, etc) compõem instâncias de menor influência nessa relação.

Acioly e Leão (2011), bem como Pinto e Cintra (2017) apontam que esse processo pode ser sintetizado em 5 fases, basicamente resumida nos seguintes pontos:

1. 1979-1983: IDE motivado por “resource seeking”, ou seja, busca por recursos naturais (matérias primas, em sua maioria alimentos e energia), liderados pelas

⁸ Uma real dimensão acerca da política cambial chinesa envolve uma discussão mais profunda acerca da condução governamental nessa frente, pois não se pode querer compreendê-la somente a partir de conceitos macroeconômicos consolidados. A trajetória observada nesse quesito age em consonância com os interesses nacionais planejados pelo aparato estatal, tendo a estratégia de clara desvalorização câmbio sofrido algumas alterações, como o estabelecimento de uma taxa fixa durante a crise de 2008 e a posterior retomada da flutuação em 2010 (LEÃO, 2010).

empresas estatais de maior porte⁹, embora não houvesse ainda regularização quanto à saída das empresas;

2. 1980-1990: Caracterizado pela possibilidade de estabelecimento de subsidiárias no exterior por parte das empresas privadas, muitas vezes ocorrendo processo de “roundtripping” (ida e volta). Essas firmas voltavam para a China após algum tempo como empresas “estrangeiras” a fim de gozar dos benefícios fiscais, assim buscando maior competitividade;
3. 1993-1998: Foi priorizado o estímulo de investimentos produtivos, em decorrência de um relativo retrocesso no movimento de maior liberalização do investimento externo. Também se buscou a obtenção de maior tecnologia para as empresas nacionais por meio de aquisições de firmas fora da China, com ênfase nos Estados Unidos e na Europa;
4. 1990-2002: Instituiu-se um processo mais efetivo de incentivo à internacionalização, culminando na criação da política “Going Global” em 2002. Antes disso, através do Conselho, o governo passou a fornecer assistência financeira e técnica às firmas que incorporassem maquinário nacional em seu processo produtivo, além de ter manifestado a prioridade por investimentos produtivos, impulsionando setores específicos da economia.
5. 2004: A partir de 2004 constatou-se uma nova fase da GG, na qual, por meio da realização dos investimentos, o país aumentaria sua influência no âmbito internacional. Em conjunto, acelerou o processo de integração com parceiros já estabelecidos.

Já esclarecida a evolução das estratégias que culminaram na concretização da GG, pode-se ressaltar alguns mecanismos utilizados pelas instituições na consecução dessa política. É importante que se considere, entretanto, que a gama de instrumentos aplicados pelas autoridades apresenta alterações, oscilando conforme os intentos momentâneos. Dessa forma, ao longo do período verificou-se a disponibilização de amplas medidas de auxílio aos investidores e de regulações administrativas, por exemplo. Tais medidas vão desde apoio informacional, disponibilizando orientação aos investidores por meio de banco de dados ligados a investimentos, informativos relacionados ao ambiente de negócios e destaques da economia e cultura; à promoção comercial, reforma de políticas fiscais e financeiras, apoio creditício via

⁹ Esse tipo de investimento pode ser observado no perfil dos fluxos destinado a países como o Brasil, mesmo após esse período. Isso será discutido mais precisamente na última seção do capítulo.

acordos de investimentos, fundos e projetos de cooperação¹⁰. A normatização destas é quase sempre através da publicação de diretrizes e circulares lançadas pelas instituições competentes.

Consoante ao que foi apresentado, Acioly e Leão (2011) apontam que as decisões provenientes do 16º Congresso do Partido Comunista, no qual houve a elaboração da GG, giraram em torno de 5 objetivos. É possível inclusive notar uma assimilação das fases junto à consecução dessas metas, que giravam em torno dessa progressiva desobrigação de uma série de determinações existentes, para que houvesse um efetivo incentivo ao processo de internacionalização. Assim, os objetivos podem ser resumidos a uma maior regulação do sistema concernente à saída de investimentos (não mais analisando diretamente cada um) e de empresas, ampliação de incentivos e canais de financiamento e principalmente integrando essas medidas às demais políticas do setor externo, visando ao aceleração do processo – que também se assemelha à pretensão relacionada ao último projeto de política externa chinesa, o “Belt and Road Initiative” (BRI)¹¹; que engloba megaprojetos de infraestrutura e promove a integração do capital chinês a países em diversos continentes.

Além da GG, Acioly e Leão (2011) apontam mais duas motivações relevantes no processo de internacionalização chinês – o fator Taiwan e o fator Estados Unidos. Enquanto a GG orienta o impulso de ordem econômica, estes dariam vazão aos interesses políticos e diplomáticos do país, contudo, orientados à sua inserção na AL. Isso deve-se majoritariamente ao fato de Taiwan ter não apenas relações diplomáticas, como um histórico de vínculos financeiros com muitos países da região. Assim como o fator EUA, ambos se relacionam como um cenário de disputa por poder na região latino-americana, que apresenta domínio histórico de dependência com os EUA. Desse modo, a China busca se desenvolver como um viável parceiro nessa parte do continente, oferecendo uma opção à presença tradicional dos EUA, ao passo que tenta deixar Taiwan cada vez mais fora de cena.

3.2 O papel das estatais chinesas

No processo de expansão da China em direção ao mercado global, notou-se o papel de destaque atribuído às suas empresas estatais. A sinalização desse crescimento se deu não só

¹⁰ Para aprofundamento acerca das medidas de promoção ao investimento no processo de internacionalização empregadas pelo governo chinês, ver Wenbin; Wilkes (2011) e Rosen; Hanemann (2009).

¹¹ O relatório da IX Reunião do Grupo de Análise sobre China discorre exclusivamente sobre a iniciativa. Disponível em <<https://www.cebri.org/portal/publicacoes/cebri-artigos/lx-reuniao-do-grupo-de-analise-sobre-china---the-belt-and-road-initiative:-views-from-brazil-and-other-partners>>. Acesso em 15 de junho 2021.

pela quantidade de firmas que passaram a atuar no exterior, como pela proeminência que estas alcançaram dentre as demais multinacionais. A partir dos relatórios de investimento anuais divulgados pela UNCTAD¹², é possível constatar a propagação das empresas chinesas no mundo. No ranking das 100 maiores multinacionais divulgado em 2000, não consta nenhuma empresa chinesa. Entretanto, ao analisar-se a indústria na qual pertencem as empresas da lista, dentre as 40 maiores, 5 integram o setor petrolífero.

Quadro 2 – Top 40 maiores transnacionais não financeiras do mundo, por quantidade de ativos estrangeiros em 1998

Ranking 1998 by:		Ranked in 1997 by:		Corporation	Country	Industry ^b
Foreign assets	TNI ^a	Foreign assets	TNI ^a			
1	75	1	84	General Electric	United States	Electronics
2	85	4	91	General Motors	United States	Motor vehicles
3	45	3	44	Royal Dutch/Shell Group ^c	Netherlands/United Kingdom	Petroleum expl./ref./distr.
4	76	2	80	Ford Motor Company	United States	Motor vehicles
5	19	5	29	Exxon Corporation ^d	United States	Petroleum expl./ref./distr.
6	60	6	75	Toyota	Japan	Motor vehicles
7	54	7	54	IBM	United States	Computers
8	21	30	42	BP AMOCO	United Kingdom	Petroleum expl./ref./distr.
9	59	10	71	DaimlerChrysler	Germany	Motor vehicles
10	3	9	4	Nestlé SA	Switzerland	Food/beverages
11	51	8	50	Volkswagen Group	Germany	Motor vehicles
12	7	18	5	Unilever	Netherlands/United Kingdom	Food/beverages
13	63	-	-	Suez Lyonnaise Des Eaux	France	Diversified/utility
14	73	-	-	Wal-Mart Stores	United States	Retailing
15	8	14	2	ABB	Switzerland	Electrical equipment
16	43	11	39	Mobil Corporation ^d	United States	Petroleum expl./ref./distr.
17	17	42	25	Diageo Plc	United Kingdom	Beverages
18	38	24	32	Honda Motor Co Ltd	Japan	Motor vehicles
19	52	19	56	Siemens AG	Germany	Electronics
20	41	21	34	Sony Corporation	Japan	Electronics
21	34	33	68	Renault SA	France	Motor vehicles
22	12	28	21	News Corporation ^e	Australia	Media/publishing
23	40	25	38	BMW AG	Germany	Motor vehicles
24	81	22	78	Mitsubishi Corporation	Japan	Diversified
25	67	17	60	Nissan Motor Co Ltd	Japan	Motor vehicles
26	33	15	9	Bayer AG	Germany	Pharmaceuticals/chemicals
27	13	20	10	Roche Holding AG	Switzerland	Pharmaceuticals
28	23	13	16	Hoechst AG ^d	Germany	Pharmaceuticals/chemicals
29	56	16	48	Elf Aquitaine SA	France	Petroleum expl./ref./distr.
30	50	37	55	Viag AG	Germany	Diversified
31	26	36	30	Rhone-Poulenc SA ^d	France	Pharmaceuticals/Chemicals
32	27	32	20	Total Fina SA	France	Petroleum expl./ref./distr.
33	14	27	8	Philips Electronics	Netherlands	Electronics
34	1	23	1	Seagram Company	Canada	Beverages/media
35	28	34	18	Cable And Wireless Plc	United Kingdom	Telecommunications
36	53	31	57	Hewlett-Packard	United States	Electronics/Computers
37	78	35	79	Mitsui & Co Ltd.	Japan	Diversified
38	80	45	88	ENI Group	Italy	Petroleum expl./ref./distr.
39	91	46	86	Chevron Corporation	United States	Petroleum expl./ref./distr.
40	46	38	41	BASF AG	Germany	Chemicals

Fonte: World Investment Report 2000 (UNCTAD, 2000).

Essa situação começa a mudar a partir do relatório divulgado em 2008, no qual a seção acerca das maiores multinacionais dos países em desenvolvimento no ano de 2006 inclui várias

¹² Refere-se ao “World Investment Report”, publicado anualmente pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). Disponível em <https://unctad.org/topic/investment/world-investment-report>. Acesso em 09 de maio 2021.

empresas chinesas (excluindo-se as originárias de Taiwan). No quadro 3 visualiza-se que dentre as 40 maiores firmas, 14 são chinesas. Dentre as situadas na República Popular da China, todas as 5 são estatais, dentre elas as 2 petrolíferas Sinopec e CNPC.

Quadro 3 – Top 40 maiores transnacionais não financeiras dos países em desenvolvimento, por quantidade de ativos estrangeiros em 2006

Foreign assets	TNI ^a	II ^c	Corporation	Home economy	Industry ^d
1	18	9	Hutchison Whampoa Limited	Hong Kong, China	Diversified
2	88	94	Petronas - Petrolam Nasional Bhd	Malaysia	Petroleum expl./ref./distr.
3	53	11	Samsung Electronics Co., Ltd.	Republic of Korea	Electrical & electronic equipment
4	21	4	Cemex S.A.	Mexico	Non-metallic mineral products
5	86	32	Hyundai Motor Company	Republic of Korea	Motor vehicles
6	33	3	Singtel Ltd.	Singapore	Telecommunications
7	92	86	CITIC Group ^f	China	Diversified
8	65	10	Formosa Plastic Group ^h	Taiwan Province of China	Chemicals
9	28	18	Jardine Matheson Holdings Ltd	Hong Kong, China	Diversified
10	57	74	LG Corp.	Republic of Korea	Electrical & electronic equipment
11	73	66	Companhia Vale do Rio Doce	Brazil	Mining & quarrying
12	94	88	Petroleo Brasileiro S.A. - Petrobras	Brazil	Petroleum expl./ref./distr.
13	69	73	China Ocean Shipping (Group) Company ^j	China	Transport and storage
14	54	54	América Móvil	Mexico	Telecommunications
15	89	56	Petróleos De Venezuela ⁱ	Venezuela, Bolivarian Rep. of	Petroleum expl./ref./distr.
16	50	8	Mobile Telecommunications Company	Kuwait	Telecommunications
17	41	85	Capitaland Limited	Singapore	Real Estate
18	45	15	Hon Hai Precision Industries	Taiwan Province of China	Electrical & electronic equipment
19	80	65	China State Construction Engineering Corporation ^j	China	Construction
20	67	5	Kia Motors	Republic of Korea	Motor vehicles
21	100	90	China National Petroleum Corporation ^j	China	Petroleum expl./ref./distr.
22	72	82	New World Development Co., Ltd.	Hong Kong, China	Diversified
23	77	68	CLP Holdings	Hong Kong, China	Electricity, gas and water
24	90	40	Telefonos De Mexico S.A. De C.V.	Mexico	Telecommunications
25	87	47	Sasol Limited	South Africa	Industrial chemicals
26	55	77	Sinochem Corp. ⁱ	China	Petroleum expl./ref./distr.
27	59	76	YTL Corp. Berhad	Malaysia	Utilities
28	37	25	Star Cruises ^m	Hong Kong, China	Transport
29	66	7	Taiwan Semiconductor Manufacturing Co Ltd	Taiwan Province of China	Computer and related businesses
30	68	53	Quanta Computer Inc	Taiwan Province of China	Computer and related businesses
31	32	30	Orient Overseas International Ltd ^m	Hong Kong, China	Transport and storage
32	96	93	Oil And Natural Gas Corporation	India	Petroleum and natural gas
33	17	48	Shangri-La Asia Limited	Hong Kong, China	Hotels
34	49	24	Hynix Semiconductor Inc	Republic of Korea	Electrical & electronic equipment
35	43	12	Flextronics International Ltd. ^m	Singapore	Electrical & electronic equipment
36	71	45	United Microelectronics Corporation	Taiwan Province of China	Electrical & electronic equipment
37	24	58	China Resources Enterprises	Hong Kong, China	Petroleum expl./ref./distr.
38	11	6	China Merchants Holdings International	Hong Kong, China	Diversified
39	47	46	Metalurgica Gerdau S.A.	Brazil	Metals and metal products
40	30	19	Sappi Limited	South Africa	Paper

Fonte: World Investment Report 2008 (UNCTAD, 2008).

Com a criação da SASAC em 2003, as estatais foram divididas em 3 categorias, de modo a otimizar o gerenciamento das empresas públicas. As atuantes nas áreas de segurança nacional ou setores estratégicos para a economia remetem ao segundo grupo, ao qual integram-se os grandes conglomerados estatais dos setores de energia, petróleo e telecomunicações - dentre outros. Nestas, além de serem supervisionadas pelo NDRC e pela SASAC, os membros

da diretoria são designados pelo governo, apesar de possuírem um conselho administrativo próprio (JUNQUEIRA, 2020).

Lin; Milhaupt (2013) *apud* Junqueira (2020) indicam que:

As empresas do primeiro nível, geralmente responsáveis pelo maior capital investido no exterior, possuem quatro componentes: 1) a matriz, cujas ações pertencem a SASAC; 2) uma ou mais subsidiárias com títulos na bolsa de valores da China, Hong Kong ou estrangeiras, sendo que a maioria das ações pertence à matriz; 3) uma sociedade financeira não bancária responsável pelas necessidades de financiamento do grupo; 4) centros de pesquisa voltados para inovação (JUNQUEIRA, 2020, p.56).

Essas questões elucidam parcialmente o modo de inserção geral dessas firmas ao migrarem para o exterior, inclusive ressaltando o caso das subsidiárias - também atuantes na indústria do petróleo a partir de suas matrizes chinesas, buscando fora da China oportunidades de crescimento e abastecimento. O quadro 4 indica que, em 2019, a presença do país na listagem do “World Investment Report” (WIR) envolveu 5 empresas estatais chinesas - uma diferença considerável em contraste com o cenário do início do século XXI, dos primeiros passos em direção à internacionalização preterida pelo país asiático. Embora a participação das empresas privadas venha crescendo, são as estatais que normalmente servem de instrumento para execução das diretrizes (LEÃO; PUTY, 2018).

Quadro 4 – Empresas estatais no top 100 maiores transnacionais do mundo em 2017 e 2019

Ranking in WIR19	Ranking in WIR17	Company	Home economy	Industry
6	(6)	Volkswagen Group	Germany	Motor vehicles
18	(18)	Enel SpA	Italy	Electricity, gas and water
28	(27)	Deutsche Telekom AG	Germany	Telecommunication
30	(33)	EDF SA	France	Electricity, gas and water
32	(23)	Eni SpA	Italy	Petroleum refining and related industries
40	(81)	China COSCO Shipping Corp Ltd	China	Transport and storage
42	(54)	Nippon Telegraph & Telephone Corp	Japan	Telecommunication
50	(46)	Airbus SE	France	Aircraft
51	(37)	Engie	France	Electricity, gas and water
52	(52)	Orange SA	France	Telecommunication
56	(44)	China National Offshore Oil Corp (CNOOC)	China	Mining, quarrying and petroleum
59	(55)	Equinor ASA	Norway	Petroleum refining and related industries
62	(..)	State Grid Corp of China	China	Electricity, gas and water
67	(..)	China National Chemical Corp (ChemChina)	China	Chemicals and allied products
69	(68)	Renault SA	France	Motor vehicles
97	(..)	China Minmetals Corp (CMC)	China	Metals and metal products

Fonte: World Investment Report 2019 (UNCTAD, 2019).

Esse desempenho singular das empresas chinesas chama atenção por corroborar com o argumento de que o país conseguiu atravessar a crise econômica mundial de 2008 sem danos significativos à sua economia, tornando-se o maior país exportador de bens no ano de 2009.

Contudo, a presença da “China National Offshore Oil Corporation” (CNOOC) no ranking das maiores estatais evidencia que a conjuntura de rápido crescimento econômico adicionada à latente urbanização disparou a necessidade por matérias-primas, principalmente de energia.

3.2.1 Estatais de petróleo

A China possui 3 principais empresas petrolíferas¹³ - são elas a CNOOC, CNPC e a China Petrochemical Corporation (Sinopec). Essas firmas, conforme já mencionado, são alvo de interferência do aparelho estatal, possuindo funções distintas em sua atuação a depender da esfera do mercado no qual atuam. Hogenboom (2017) aponta que não há uma divisão de funções clara entre as filiais no exterior, embora nesse mercado o principal objetivo seja gerar lucro. Desse modo, conclui que “essa situação transformou as petrolíferas em instituições híbridas dado aos diferentes papéis exercidos no mercado nacional e internacional (JUNQUEIRA, 2020, p.57)”.

Atuando em segmentos distintos da cadeia industrial do petróleo, a CNOOC é considerada uma empresa mista - apesar de possuir ações na bolsa de valores de Hong Kong, o governo chinês é o seu maior acionista. É a maior empresa de exploração “offshore” do país, com atividades concentradas “upstream”¹⁴, em operações espalhadas pela Ásia, África, Europa e Américas.

A CNPC e a Sinopec são frutos de uma série de reformas pelas quais passou o antigo “Ministry of Petroleum Industry”. Com o fim do controle direto do ministério em 1988, a fundação da CNPC tornou-a portadora de um portfólio amplo como empresa petrolífera e provedora de serviços relacionados, estendendo assim suas operações ao longo da cadeia produtiva; compreendendo engenharia e construção, manufatura de equipamentos, serviços financeiros e desenvolvimentos de novas energias¹⁵. É declarada como a 3ª maior empresa do mundo em atuação no setor, no qual sua subsidiária PetroChina é considerada a maior empresa produtora e distribuidora de petróleo da China. Em 2017, mediante aprovação da SASAC, a

¹³ No Brasil, também se observou no setor petrolífero a atuação da empresa estatal Sinochem, embora atue predominantemente na área química. Segundo o site da estatal, o grupo Sinochem é o maior conglomerado químico do mundo.

¹⁴ As atividades da cadeia de petróleo e gás são classificadas em *upstream*, *downstream* e *middlestream*. A primeira concentra as atividades de exploração e produção de óleo e gás, enquanto as demais envolvem as atividades de refino, transporte e distribuição e também comercialização dos produtos derivados de óleo e gás até o consumidor final (RBNA CONSULT, 2017).

¹⁵ Informações obtidas no site oficial da companhia. Disponível em <https://www.cnpc.com.cn/en/aboutcnpc/aboutcnpc_index.shtml>. Acesso em 25 de março 2021.

empresa se tornou uma sociedade de responsabilidade limitada, assim totalmente detida pelo Estado¹⁶. O mesmo ocorreu com a Sinopec, contudo em 2018.

Por sua vez, a Sinopec possui uma atividade mais ampla, atuando também no fornecimento de produtos químicos e derivados do petróleo, em uma lista extensa de serviços, tais quais vendas e transporte. Duas de suas subsidiárias chamam atenção pelo desempenho no Brasil – a Petrogal Brasil e a Repsol Sinopec Brasil. A primeira é consequência de uma “joint-venture” entre Sinopec (com 30%) e a estatal portuguesa Galp Energia (com 70% restante) concluída em 2011; ao passo que a Repsol tem origem espanhola (60% de participação), unindo-se à Sinopec (40%) em 2013, concentrando suas atividades em “upstream”. A partir disso, o Grupo Sinopec ocupa muitas posições de destaque – é considerado o maior fornecedor de petróleo e produtos petroquímicos, o 2º maior produtor de petróleo e gás da China, a maior empresa de refino e a terceira maior empresa química do mundo¹⁷. Na lista “Global 500”¹⁸ compilada anualmente pela revista Fortune, a Sinopec ficou classificada em 2º lugar no ano de 2019, seguida pela CNPC em 4º.

Após a alteração que levou à criação da CNPC e da Sinopec e demais ajustes¹⁹, Leão e Puty (2018) afirmam que as firmas estatais conseguiram atuar com mais liberdade, pois, sob o ponto de vista estratégico, conseguiram se concentrar na manutenção da soberania e na segurança energética nacional. Entretanto, ressaltam que esse processo de reestruturação buscou integrar de forma vertical as atividades das empresas (suas atividades em “upstream” e “downstream”), permitindo maior flexibilidade na gestão e promovendo uma maior concorrência entre as petrolíferas, tendo em vista a capacidade de contrabalanço de perdas intrasetoriais; pois nesse setor, devido à oscilação de preços ser de origem internacional, os impactos na cadeia produtiva são sentidos de diferentes formas.

¹⁶ Mesmo com essa mudança, a empresa afirma que “todas as atividades comerciais, ativos, credenciais, direitos do credor, dívidas, etc., a partir da data da reorganização sobreviverão e serão herdados pela empresa reorganizada, com os acionistas da empresa, local de negócios, representante legal, escopo do negócio, etc. permanecendo inalterado”. Disponível em <https://www.cnpc.com.cn/en/aboutcnpc/aboutcnpc_index.shtml>. Acesso em 25 de março 2021.

¹⁷ Informações retiradas do site da empresa. Disponível em <<http://www.sinopecgroup.com/group/en/companyprofile/>>. Acesso em 12 março 2021.

¹⁸ A “Global 500” é uma lista publicada todos os anos pela revista Fortune, que compila um ranking das maiores corporações mundiais a partir de suas receitas. Disponível em <<https://fortune.com/global500/2019/>>. Acesso em 02 junho 2021.

¹⁹ Para detalhamento do processo de reformulação de regulações concernentes às empresas estatais, ver Leão; Puty (2018).

3.3 Inserção internacional no setor de petróleo

Discutiu-se até aqui o processo pelo qual o governo da China integrou sua economia ao exterior. A potência asiática faz uso de suas empresas para alcançar novas oportunidades e mercados para suas exportações, considerando sua proeminente indústria, com diversos setores competitivos a nível mundial. Sendo assim, o maior instrumento de persecução dos objetivos aqui já mencionados foram claramente os IEDs, mas não apenas eles, pois há evidências da proliferação de outros mecanismos de inserção, tais quais os acordos, empréstimos e financiamentos via bancos como o China Development Bank (CDB) e o China Eximbank. Essa estratégia de reforço de relações entre o setor empresarial e o governo ajudou a solidificar a relação chinesa com muitos países em desenvolvimento (ZWEIG; JIANHAI, 2005).

Segundo dados do MOFCOM²⁰, já em 2009 o setor primário posicionou-se em 2º lugar na distribuição setorial do IED chinês, no qual a mineração e a exploração de petróleo contabilizaram 17% do total. Além de reafirmar que a utilização da estratégia de “resource seeking” não se conteve ao período inicial da GG, isso demonstra que a opção por esse tipo de investimento perdura sobretudo no seu trajeto em sua direção a mercados abundantes em “commodities”.

A distribuição do IED passou por algumas mudanças ao longo dos anos, igualmente com alternância de regiões e países conforme os interesses preteridos. Enquanto motivava a expansão para a América do Norte e Oceania no início da abertura, uma mudança gradual acompanhou os investimentos dos países desenvolvidos para os em desenvolvimento, inclusive para a própria Ásia e demais países da África e América Latina (AL) (JAGUARIBE; ROSITO, 2018).

Seguindo o modo de entrada utilizado, nota-se a recorrência do estabelecimento de subsidiárias no exterior, sem esquecer do uso de “joint-ventures”. Mais recentemente adicionou-se o estabelecimento de fusões e aquisições (M&A), fato com grande visibilidade no mercado brasileiro de petróleo²¹.

Afunilando a discussão em direção às relações neste setor, sabe-se que a AL ocupa um lugar de importância na segurança energética chinesa, apresentando uma complementaridade

²⁰ *Apud* Acioly; Leão (2011).

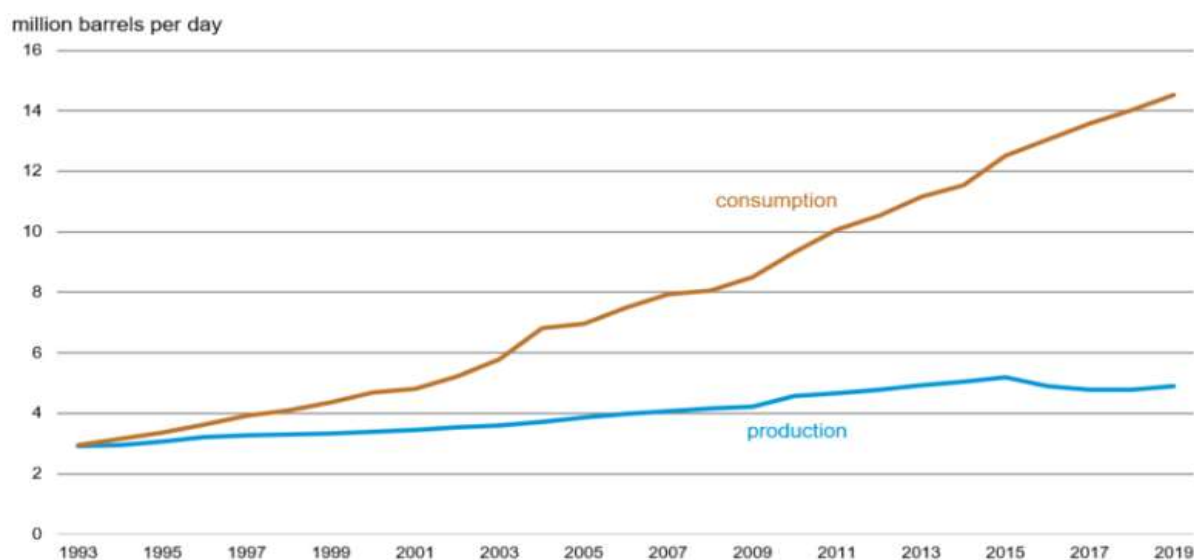
²¹ Conforme infere-se pela relação de investimentos confirmados no Brasil informados em relatórios do Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC). Disponíveis em <<https://www.cebc.org.br/publicacoes-e-informes/>>. Acesso em 16 de fevereiro 2021. O detalhamento do caso brasileiro é abordado no capítulo seguinte.

frente às necessidades de ambos; visto a necessidade de diversificação da matriz de energia enfrentada pela China, recorrendo ao uso do petróleo (dentre outras fontes) para alcançar essa finalidade.

3.3.1 Situação energética chinesa

Embora as motivações primordiais em relação à condução da busca por petróleo já tenham sido discutidas no capítulo 1, é importante visualizar a evolução da matriz energética do país ao longo do período.

Figura 3 – Consumo e produção de petróleo e outros líquidos ²² pela China entre 1993-2019



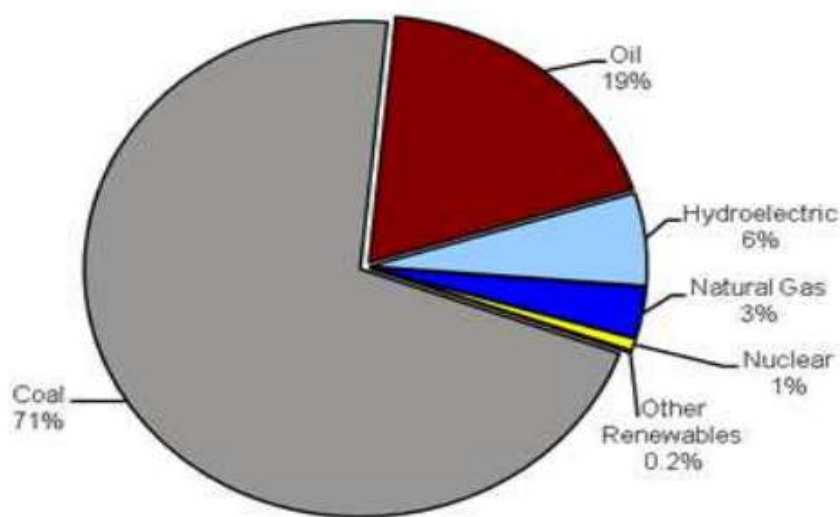
Fonte: Energy Information Administration (EIA), 2020.

A figura 3 compreende a expansão do consumo do país desde 1993, quando se tornou um importador líquido de óleo. Nesse período, em 2009, a China se tornou o maior país consumidor de energia primária do mundo (BP, 2016). Nota-se que o consumo aumentou cerca de 5 vezes nos últimos 26 anos, enquanto a produção não chegou a dobrar, estagnando em 4,9 milhões de barris por dia - ainda assim, segundo a EIA (2020), em 2019 o país foi o 5º maior

²² De acordo com a classificação da EIA, “O petróleo bruto é uma mistura de hidrocarbonetos que existe na forma líquida em formações geológicas subterrâneas e permanece líquido quando trazido à superfície. Os produtos petrolíferos são produzidos a partir do processamento de petróleo bruto e outros líquidos em refinarias de petróleo, da extração de hidrocarbonetos líquidos em unidades de processamento de gás natural e da produção de produtos petrolíferos acabados em instalações de mistura. O petróleo é uma categoria ampla que inclui petróleo bruto e produtos petrolíferos. Os termos petróleo e petróleo são às vezes usados indistintamente”. Disponível em <<https://www.eia.gov/tools/faqs/faq.php?id=40&t=6>>. Acesso em 16 julho de 2021.

produtor mundial. As questões referentes ao preço do barril interferiram na dinâmica dos preços domésticos ao sofrer alguns pontos de alta, fazendo com os preços tivessem de ser subsidiados por algum período a partir de 2005 (EIA, 2005). Observa-se a partir disso que houve um aumento exponencial na importação dos produtos, em conformidade com a implementação da nova fase da GG, na qual as petrolíferas estatais aumentam a efetivação de projetos no exterior.

Figura 4 – Consumo total de energia na China por tipo em 2008

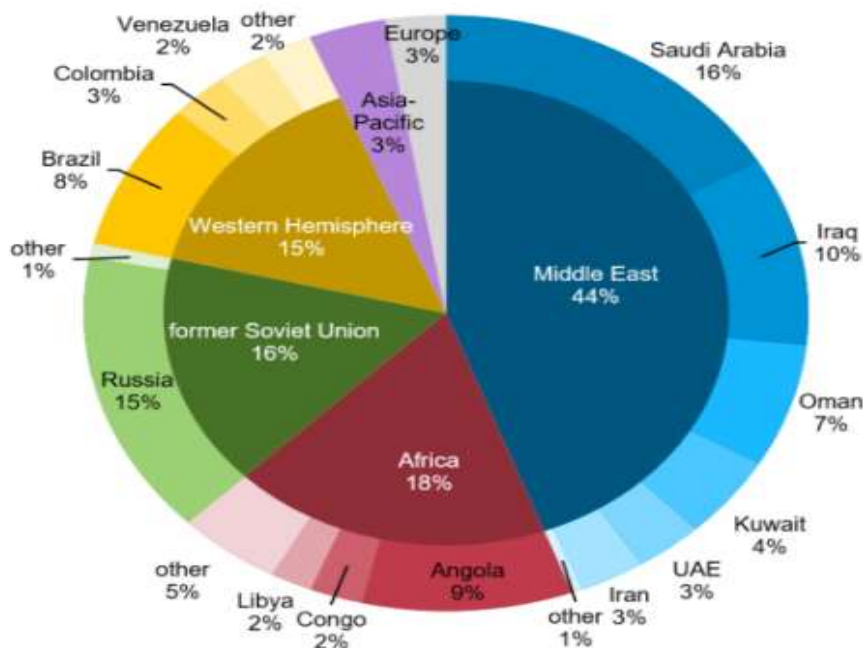


Fonte: EIA, 2011.

Enquanto no início do período o país tentava se manter alheio ao debate climático, visto que era o maior produtor de carvão mundial, a integração à Associação Ásia-Pacífico sobre Desenvolvimento Limpo e Clima em 2005 assegurou a progressão nas medidas visadas à redução das emissões de poluentes. Desde então, o país vem implementando meios de melhorar o controle de poluição em usinas de energia, políticas destinadas a aumentar a participação do gás natural, reestruturação do sistema elétrico, aumento do uso de fontes renováveis etc. Atualmente, participa junto ao Brasil da Reunião de Ministros do Brasil, África do Sul, Índia e China (BASIC) sobre Mudança do Clima.

Essas decisões demonstraram ter impacto positivo no aprimoramento da matriz. Enquanto em 2008 o carvão era responsável por 71% do consumo, em 2019 esse percentual baixou para 58% - uma redução de 13%. Contudo, essa redução do carvão se traduziu em um aumento de apenas 1% na fatia do petróleo, impactando em maior quantidade as outras fontes, como as renováveis e o gás natural.

Figura 6 – Importações chinesas de óleo bruto em 2019, por fontes



Fonte: EIA, 2020.

Os maiores parceiros comerciais continuam pertencendo ao Oriente Médio, onde se encontram os maiores produtores, ao concentrar 44% das exportações à China. No continente africano, destaca-se a Angola, com uma parcela de 9%, enquanto a Rússia isoladamente representa 15% - a mesma quantidade que os países da AL.

3.3.2 Presença na América Latina

Arriagada e Espinasa (2014) avaliam que 3 formas principais se apresentam na interação sino-latina no setor energético – as importações de energia provenientes da região, os IEDs e os empréstimos garantidos por petróleo²⁵ de bancos chineses aos governos da AL. Embora em 2010, a região²⁶ tenha recebido 14% do estoque de IED provenientes da China (atrás apenas da Ásia-Pacífico), os autores alertam que somente 4,5% do total destinou-se às maiores economias da região (Brasil, México, Argentina, Colômbia, Venezuela, Chile e Peru). Em relação ao investimento no setor de óleo e gás, este concentrou-se em 4 países – Brasil, Argentina, Venezuela e Equador, com pequenas porções em Cuba, Peru e Colômbia. Enquanto a relação

²⁵ Denominados de “oil-backed-loans” ou “oil-for-loans” na literatura em inglês.

²⁶ Nesse dado, considerou-se o investimento destinado aos países caribenhos juntamente aos dos países latino-americanos.

com Brasil foi movimentada majoritariamente a partir da descoberta do pré-sal, atingindo também a indústria setorial como um todo, a atuação das empresas nos demais países se dá principalmente na exploração de campos de petróleo e gás, igualmente se utilizando de acordos para adentrar o setor e adquirindo companhias locais a fim de dar continuidade às ações.

Koch-Weser (2015) concorda com essa visão ao declarar que a importância da AL na estratégia de segurança energética chinesa é marginal, pois à época fornecia menos de 10% do petróleo importado, embora influenciasse nos esforços de aquisição de energia ao integrar um panorama de equilíbrio entre seus fornecedores e seus ativos. Ademais, conclui que:

O envolvimento da China com a energia é moldado por uma série de fatores, desde a geopolítica até a matriz energética doméstica e as decisões individuais das empresas de petróleo. Embora a América Latina tenha colhido os benefícios das exportações de bens agrícolas e minerais para a China, a relação bilateral no setor de energia é mais sutil. A América Latina não responde por uma grande parte das importações de petróleo e gás da China. No entanto, faz parte da estratégia de segurança energética da China, investimento em energia de saída e empréstimos garantidos por energia (KOCH-WESER, 2015, p.2, tradução própria).

Embora os dados da EIA apresentados na seção anterior comprovem que esse percentual já subiu para 15%, a literatura (KOCH-WESER, 2015; JUNQUEIRA, 2020; HOGEBOM, 2017; ALVES, 2013) também indica que as empresas nacionais de petróleo da China, embora muitas vezes apoiadas por finanças chinesas e outros arranjos favoráveis, operam de forma bastante autônoma na AL, orientadas pelo lucro. Tendo isso em vista, Koch-Weser (2015) argumenta que a maior influência do estado é de natureza doméstica – por meio de controles de preços, impostos e subsídios, além de regulação do mercado.

Abordando os empréstimos, a base de dados exclusiva sobre finanças sino-latinas do “think-tank” Inter-American Dialogue (The Dialogue)²⁷ computa 73 empréstimos atribuídos aos setores de energia e infraestrutura entre 2005 e 2019, correspondendo a 73% dos empréstimos totais. A Venezuela lidera a posição como maior destino dos empréstimos, com acumulado na ordem de US\$55 bilhões, seguida pelo Brasil com US\$26 bilhões, e o Equador em 3º lugar, com apenas US\$6,1 bilhões. Neste, houve predomínio de empréstimos via Exim-Bank²⁸, enquanto nos dois primeiros se verifica o contrário, com preponderância do CDB.

²⁷ O “China-Latin America Finance Databases” inclui empréstimos de bancos de políticas da China, China Development Bank (CDB) e China Export-Import Bank (Ex-Im Bank), para governos da América Latina e Caribe e empresas estatais. Disponível em <https://www.thedialogue.org/map_list/>. Acesso em 10 de março 2021.

²⁸ Ao analisar a lista de empréstimos, verifica-se que o CDB foi a fonte dos montantes relacionados exclusivamente à óleo. Alves (2013) confirma o domínio do CDB em projetos na AL.

Outrossim, além de oferecer crédito às próprias estatais chinesas, o CDB também faz o mesmo para outros governos.

Dentre os tipos de empréstimos oferecidos por essas instituições, convencionou-se não apenas na região²⁹ a tomada de empréstimos garantidos por petróleo. Nessa opção, a garantia de pagamento se dá pelo depósito do valor referente à venda da “commodity” na conta do credor. Portanto, as negociações costumam envolver além do banco, duas empresas petrolíferas - uma chinesa e a outra pertencente ao determinado país (JUNQUEIRA, 2020). A garantia de reembolso se dá pela venda de uma quantidade pré-determinada de barris a uma estatal petrolífera da China até a dívida ser paga. O valor que seria atribuído a essa venda é então depositado para a instituição credora, de forma a quitar o empréstimo.

Embora tenha sido usada por instituições financeiras ocidentais nos anos 1990 e não criada pela China, Alves (2013) alega que foi principalmente direcionada como alternativa às tênues avaliações de crédito de países africanos produtores de petróleo, a exemplo de Angola. Na releitura chinesa intitulada “Modelo Angola”, no lugar de empréstimos, é oferecido infraestrutura por petróleo, tendo como objetivo principal financiar projetos de infraestrutura pública já projetados pelo governo local.

Tabela 1 - Importações chinesas provenientes da América Latina por região e tipo de produto entre 2000-2016 (em %)

		2000	2004	2008	2012	2016
Latin America	Primary commodities	81.7	78.0	88.1	87.4	86.7
	Manufactured goods	18.3	22.0	11.9	12.6	13.3
Caribbean	Primary commodities	96.5	96.4	85.7	78.2	64.2
	Manufactured goods	3.5	3.6	14.3	21.8	35.8
Central America	Primary commodities	14.6	19.0	19.4	32.1	25.1
	Manufactured goods	85.4	81.0	80.6	67.9	74.9
South America	Primary commodities	88.4	86.7	94.7	95.1	94.5
	Manufactured goods	11.6	13.3	5.3	4.9	5.5
Argentina	Primary commodities	86.3	91.4	96.3	93.8	92.2
	Manufactured goods	13.7	8.6	3.7	6.2	7.8
Brazil	Primary commodities	78.2	80.4	92.0	92.9	91.5
	Manufactured goods	21.8	19.6	8.0	7.1	8.5
Mexico	Primary commodities	13.5	21.9	30.4	46.8	25.7
	Manufactured goods	86.5	78.1	69.6	53.2	74.3

Fonte: Borghi, 2020.

²⁹ Outros acordos que assinaram esse tipo de acordo foram a Rússia e o Turcomenistão (JUNQUEIRA, 2020).

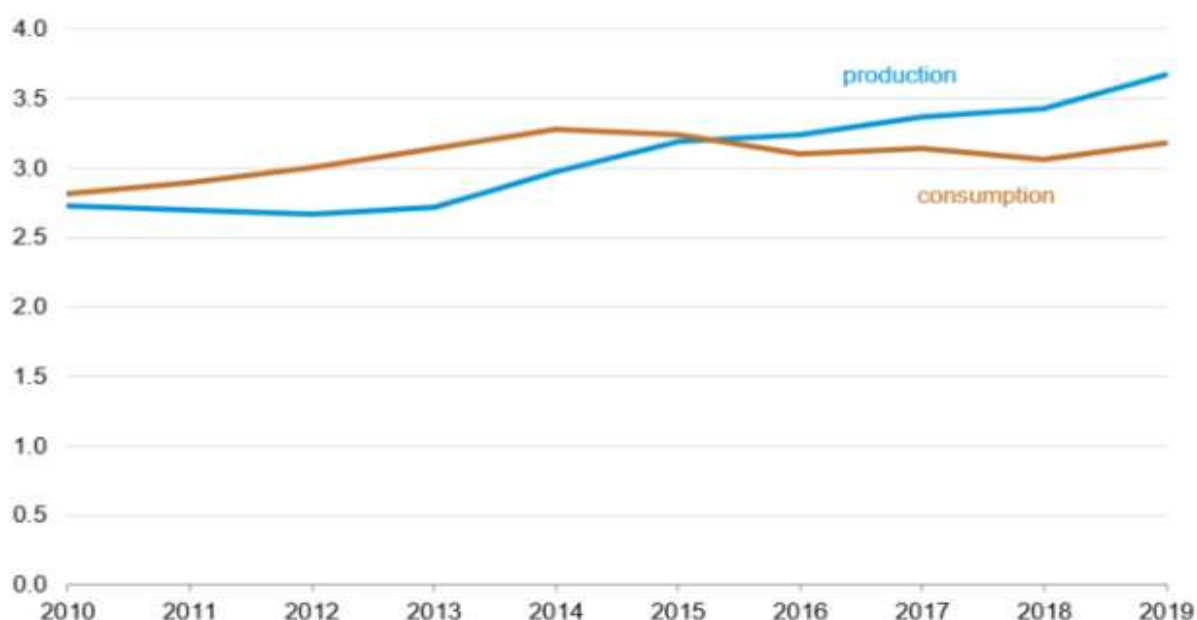
Parcialmente devido a isso, constata-se que o padrão de IED oriundo da China na AL é similar ao observado no continente africano, onde predominam investimentos em infraestrutura, energia e recursos naturais de modo geral. A diversidade apresentada pelo continente latino-americano justifica que não há um impacto uniforme como consequência das relações com a China, embora do ponto de vista comercial haja ganhos devido à existência de economias pautadas na exportação de “commodities”, a exemplo do Brasil. Os dados da tabela 1 verificam uma discrepância entre os bens chineses manufaturados e as “commodities” primárias.

Jaguaribe (2018) *apud* Junqueira (2020) e Borghi (2020) alegam existir uma divisão do trabalho na “Going Global”, onde em alguns países da Ásia, África e AL predominam os setores de exploração e construção em contraste com os países da Europa e dos Estados Unidos, onde os investimentos envolvem maior valor agregado, incorporando os serviços financeiros, tecnologia e mídia. Ou seja, analisando a partir da divisão dos produtos em dois grupos - bens manufaturados e “commodities” primárias -, constata-se que as exportações de origem latino-americana com destino à China se caracterizam pelo predomínio de uma porcentagem muito superior de “commodities” primárias em detrimento de manufaturados.

4 RELAÇÕES ECONÔMICAS NO SETOR DE PETRÓLEO: UM OLHAR PARA O CASO BRASILEIRO

Acompanhando a intensificação dos fluxos de investimento promovidos pelo país às demais localidades de acordo com a consecução das estratégias promovidas pela China, uma nova etapa das relações sino-brasileiras também foi verificada a partir dos anos 2000. Ao longo dessa primeira década notou-se o aprimoramento da agenda bilateral, refletido pelo ápice das relações comerciais, a entrada de volumosos investimentos e também uma maior interação diplomática, que juntas acarretaram em impactos no setor petrolífero do Brasil.

Figura 7 – Produção e consumo de petróleo e outros líquidos no Brasil entre 2010-2019 (em milhões de barris por dia)



Fonte: EIA, 2020.

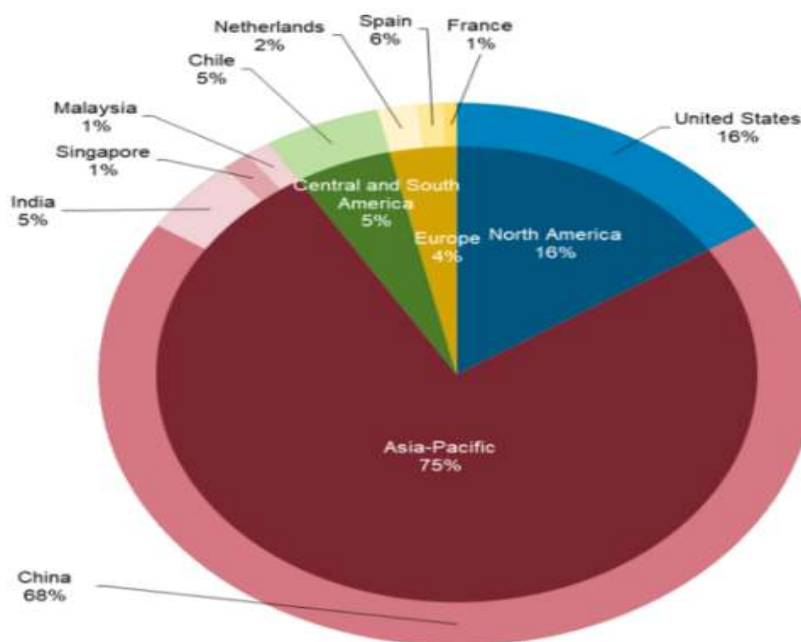
O setor petrolífero do Brasil vem sendo alvo da atração dos investimentos chineses principalmente após o anúncio da descoberta das reservas do pré-sal em 2007, que estimulou também a entrada de outras empresas estrangeiras ao representar a expansão da fronteira de exploração e produção do petróleo. Essa foi considerada a maior descoberta mundial dos últimos 50 anos da indústria de petróleo e gás natural (PINTO, 2018). Devido a isso, o Brasil passou a ter a segunda maior reserva da América do Sul³⁰, e em 2019 foi o 12º maior exportador de petróleo do mundo (ANP, 2020). Esse percentual foi influenciado pelo aumento da produção

³⁰ Atrás apenas da Venezuela, EIA (2020).

nos últimos anos, colocando o país como 8º maior produtor de óleo (EIA, 2020). O gráfico da figura 7 demonstra esse crescimento.

O peso que esse setor preenche na economia brasileira também se deve ao efeito do “boom das commodities”, constatado aproximadamente do início dos anos 2000 a 2014, uma expressiva alta nos preços das “commodities” a nível internacional. O Brasil conseguiu se beneficiar desse fenômeno devido não apenas à sua abundância em produtos primários, como à desvalorização da sua moeda nacional frente ao dólar, que tornou os preços competitivos no mercado externo. Nessa situação de expansão comercial, em 2009 a China se tornou o principal parceiro comercial brasileiro, concomitantemente expandindo suas relações em outros setores da economia, formando vínculos produtivos, comerciais, diplomáticos e financeiros.

Figura 8 – Exportações brasileiras de óleo bruto por região e país em 2019



Fonte: EIA, 2020.

Na pesquisa exploratória e de revisão de literatura a fim de mapear as participações no setor, encontraram-se algumas distorções relacionadas a certos elementos, principalmente devido à falta de dados consolidados, sobretudo no que envolve o setor tendo em vista a contrapartida chinesa. Embora alguns autores (ARRIAGA; ESPINASA, 2014; JUNQUEIRA, 2020; ACIOLY ET AL, 2011) apontem haver divergência nos dados disponíveis³¹, especialmente em relação a fluxos de investimentos, projetos confirmados x anunciados, e

³¹ Os argumentos giram em torno de diferença nas metodologias de quantificação dos montantes, estimativas não precisas, falta de fontes oficiais e investimentos realizados através de paraísos fiscais, dentre outros motivos.

relação de empréstimos e condicionalidades envolvidas, adotou-se como base os dados fornecidos pelo Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC), além do exposto por alguns autores de referência; paralelamente validando as informações nas fontes originais sempre que possível³².

O objetivo deste capítulo é mapear as iniciativas de participação chinesa na indústria de óleo do Brasil a fim de analisá-las sob a ótica conceitual da Cooperação Sul-Sul e da Diplomacia do Petróleo. Desse modo, serão mapeados os investimentos na área, discutindo a inserção nos determinados segmentos da cadeia de produção, passando pelo comércio exterior, a diplomacia e as finanças. Na sequência, é feita uma análise acerca dessas relações segundo os conceitos abordados no capítulo 1.

4.1 Investimentos

Embora comercialmente falando a relação sino-brasileira já avançasse com visibilidade, a presença via IED foi concretizada apenas em 2010, quando a empresa Sinochem comprou 40% do campo de Peregrino da norueguesa Statoil³³. A entrada das firmas no contexto do pré-sal marcou a 2ª fase dos investimentos chineses no Brasil, embora essa presença tenha se prolongado, transbordando para outros setores da cadeia de produção. Segundo o CEBC³⁴ (2017), até 2009 houve o predomínio dos setores relacionados às “commodities”, enquanto a partir de 2010 observou-se o ingresso nos setores industriais, seguindo para o setor de serviços em 2013 e avançando para demais áreas do setor de energia e infraestrutura em 2014. No ano de 2017 alcançou-se um marco na série histórica com a confirmação de 27 projetos de investimentos, dentre eles 5 na área de extração de petróleo e gás natural³⁵ – sendo assim a área

³² A exemplo de tais fontes, utilizou-se o site da Petrobrás, da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), sites de notícias e afins.

³³ Em 2018, a empresa mudou o seu nome para ‘Equinor’. Disponível em <<https://epbr.com.br/statoil-muda-de-nome-para-equinor-de-olho-no-mundo-pos-petroleo/>>. Acesso em 14 de junho 2021.

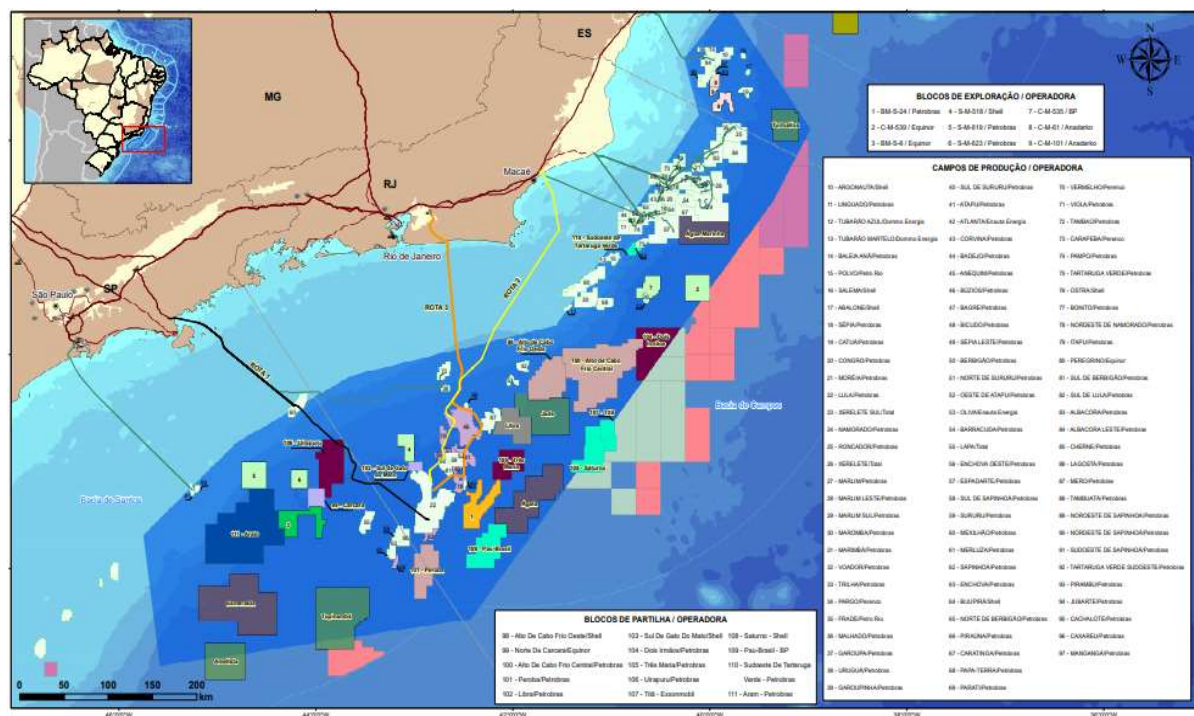
³⁴ O papel de relevância do CEBC justifica-se por ser reconhecido como um canal institucional de diálogo entre os governos (brasileiro e chinês) e as empresas de ambos os países na visita do primeiro-ministro do Conselho de Estado Li Keqiang ao Brasil em 2015. Disponível em <https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-conjunta-e-plano-de-acao-conjunta-visita-do-primeiro-ministro-do-conselho-de-estado-da-republica-popular-da-china-li-keqiang-brasilia-19-de-maio-de-2015>. Acesso em 25 de junho 2021.

³⁵ Por mais que comumente se associem os dados do setor de petróleo juntamente ao do setor de gás natural, nesse trabalho o recorte é exclusivo ao setor de petróleo; excluindo-se os dados das atividades relacionadas ao gás sempre que possível.

que mais conseguiu confirmação de investimentos, considerando a ocorrência de leilões realizados pela ANP ao longo do ano.

O interesse das estatais petrolíferas chinesas, como já discutido brevemente no capítulo anterior, deveu-se primordialmente pelo impulso de internacionalização promovido pela tática da GG; a partir da qual o governo pretendia garantir abastecimento e sortir sua lista de fornecedores. Hogenboom (2017) adiciona que a fronteira de oportunidades era limitada quando os chineses decidiram expandir suas atividades no setor, pois já no início do século XXI estavam ‘atrasados’ em relação aos demais concorrentes. Por isso, as possibilidades envolviam países ou projetos que continham riscos consideráveis, fossem eles políticos, geológicos ou mesmo econômicos.

Figura 9 – Mapa de exploração e produção de petróleo e gás (Polígono do Pré-Sal)



Fonte: ANP, 2021.

Portanto, com o surgimento da oportunidade de adentrar o setor de petróleo brasileiro após o anúncio da descoberta da camada do pré-sal, as companhias chinesas iniciaram a sua inserção de modo gradual ao longo das rodadas de negociação promovidas pela ANP. Apesar de as regulamentações concernentes ao setor haverem sofrido modificações antes mesmo do início da definição das regras relacionadas à entrada de empresas no processo, o Brasil já apresentava um ambiente minimamente estável em comparação às demais opções chinesas, munido de um aparato legal e de um ambiente favorável às negociações; além de apresentar

“grande atratividade em virtude do baixo risco exploratório, custos de extração competitivo e decrescente, do suficiente conhecimento geológico e da fase inicial de descobertas” (PINTO, 2018, p.80).

O processo de negociação dos direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural no Brasil pode ser sintetizado em 2 modalidades – o regime de concessão e o regime de partilha de produção. Apesar de ambas serem rodadas de licitações, sendo configuradas por sessões públicas de leilões, a principal diferença entre elas é que o regime de concessão (RC) era válido para todas as áreas exploratórias até 2010, quando foi criado o regime de partilha, destinando-se exclusivamente às áreas do polígono do pré-sal ou demais consideradas estratégicas pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). Dessa forma, no RC há livre concorrência entre empresas nacionais ou estrangeiras. A empresa concessionária arca não apenas com os custos intrínsecos às operações, como também com o risco exploratório; contudo, a empresa possui o direito de comercializar a produção na área que foi concedida caso descubra petróleo na região, desde que sejam pagas as participações governamentais, a exemplo dos royalties (ANP, 2017).

Na modalidade de partilha de produção (PP), o CNPE prioriza a atuação da Petrobras, decidindo se a empresa será contratada diretamente ou se serão realizadas rodadas de partilha – neste caso, é oferecido à Petrobras a preferência pela operação dos blocos a serem contratados, tendo ela a participação mínima de 30% ao manifestar interesse pela condição de operadora. Na sessão pública, as empresas/consórcios interessados apresentam suas ofertas, arrematando o bloco que oferecer maior percentual de excedente³⁶ para a União. Se a Petrobras não houver optado por atuar como operadora, a própria empresa vencedora fará a indicação; caso contrário, a Petrobras pode integrar o consórcio junto ao vencedor ou é disposto um tempo³⁷ para decidir se o fará, quando o vencedor oferecer mais do que o mínimo previsto pelo edital. Ademais, os custos referentes às operações são abatidos do valor total, para que haja a partilha do excedente produzido entre o consórcio explorador e a União (ANP, 2017).

Inseridos nessa lógica de funcionamento, algumas participações chinesas em blocos do pré-sal se deram através da formação de consórcios, a exemplo da Petrogal, Repsol-Sinopec, CNODC e CNOOC nas rodadas ocorridas em 2017. Como já mencionado no capítulo anterior, a Repsol-Sinopec, assim como a Petrogal, são subsidiárias da Sinopec, nas quais o grupo detém

³⁶ Em óleo e gás natural.

³⁷ Apenas 30 minutos após o arremate.

participação de 40% e 30%, respectivamente. Na Bacia de Santos, a Petrogal integra 20% do consórcio com a Statoil (40% - operadora) e a ExxonMobil (40%) no campo Norte de Carcará, enquanto no campo Entorno de Sapinhoá o consórcio é composto por 25% da Repsol-Sinopec, 45% da Petrobras e 30% da Shell. Na mesma bacia há ainda um consórcio da CNODC (20%), Petrobras (45% - operadora) e BP Energy (40%) na área de Peroba, enquanto na Bacia de Campos é a CNOOC (20%) que compõe a partilha com a Shell (55% - operadora) e a QPI Brasil (40%) no campo Alto de Cabo Frio Oeste.

A Bacia de Santos é uma área de destaque devido ao volume produzido nos poços dessa região, que está acima da média da indústria com cerca de 25 mil barris por dia. Verifica-se igualmente a presença de companhias chinesas no campo de Libra, considerado não somente o mais promissor da bacia, como também um dos mais promissores dentre os projetos de produção da indústria “offshore” – compreendendo colunas de óleo de até 400 metros de espessura. Foi estabelecida uma cooperação entre a Shell (20%), Total (20%) e as chinesas CNPC (10%) e CNOOC (10%) em parceria com a Petrobras (40%), considerada a maior interação entre as empresas atuantes no setor, por meio de um novo modelo no qual irão compartilhar conhecimento e buscar soluções inovadoras (PETROBRAS, 2021). O interesse de atuação conjunta à Petrobras é algo observado por Pereira (2018, p.102), que alega ser uma estratégia das companhias estrangeiras atuarem em campos próximos aos que a Petrobras atua ou mesmo fazer parcerias com a estatal brasileira, visto que a Petrobras já teria um conhecimento prévio das áreas. Supõe-se que essa presença deve conferir mais segurança aos parceiros internacionais, considerando a atuação de décadas no mercado brasileiro e todo o desenvolvimento de tecnologia alcançado pela empresa brasileira, que inclusive a levou a ganhar um prêmio de reconhecimento tecnológico pela 3ª no ano de 2015, o “OTC Distinguished Achievement Award for Companies, Organizations and Institutions” – o maior desse cunho para uma operadora “offshore” (PETROBRAS, 2015).

4.1.2 Mapeando investimentos no setor

Prosseguindo para o detalhamento dos investimentos produtivos, adentraram a economia brasileira aproximadamente 60 IEDs³⁸ provenientes de empresas chinesas. Dentre eles, alguns são referentes às obrigações em pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I)

³⁸ A lista com os investimentos mapeados entre 2010-2019 encontra-se no Apêndice.

dada a “cláusula do 1%”; um mecanismo incluído pela ANP nos contratos de concessão objetivando manter o fomento a essas atividades (IBP 2020), algo que já era feito pela Petrobras.

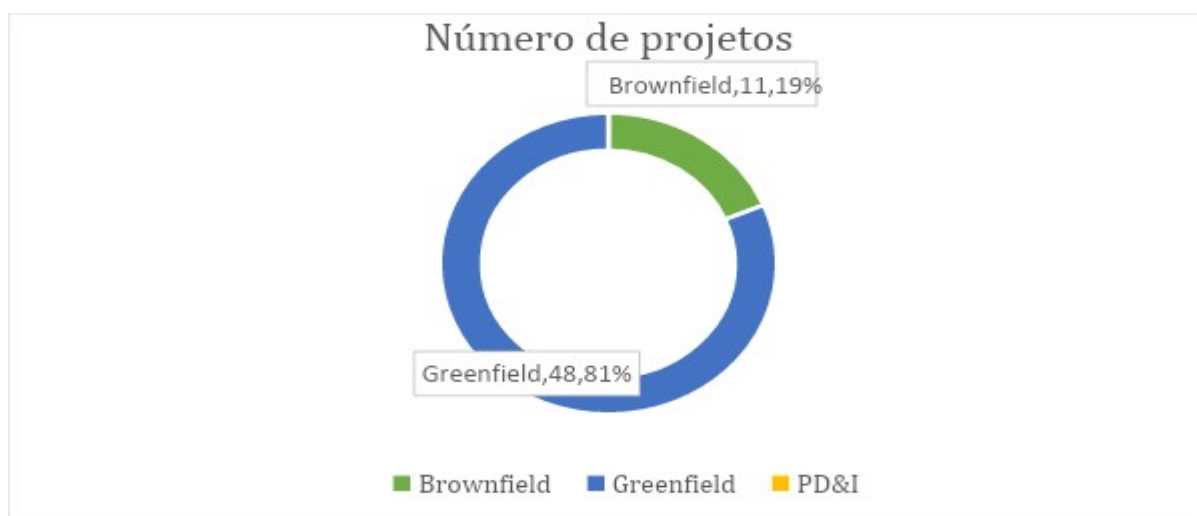
Além do direcionamento de parte dos investimentos a essa obrigação contratual, a principal atuação das empresas do setor se deu pelas atividades de “upstream”, notadamente exploração e produção de petróleo. Destaca-se a opulência dos valores transacionados em alguns projetos, a exemplo da aquisição de parte do campo de Búzios pela CNODC e CNOOC por US\$835 milhões referentes a cada participação de 5%, do campo de Libra - também por ambas - de US\$ 691,5 milhões a cada participação de 10%, e os US\$ 260 milhões desembolsados pela CNODC ao adquirir 20% do campo de Aram. Barbosa (2020, p.328) acrescenta que o consórcio de Libra marcou a primeira participação direta de firmas chinesas num projeto de exploração e produção do tipo “greenfield”³⁹ através de um leilão.

O principal modo de ingresso se deu pela realização de projetos “greenfield”. Das 59 iniciativas mapeadas, apenas 11 corresponderam ao tipo “brownfield”. Aportes do tipo “greenfield” costumam indicar uma baixa aderência às cadeias globais de valor quando são concentrados no início ou no final das cadeias produtivas (ANDRADE ET AL, 2017), já que são caracterizados pela instalação de novas plantas. Contudo, a maior parte dos projetos sob essa classificação se configuraram pela atuação nos projetos de “upstream”, ou seja, nas atividades de exploração e produção. Os demais denominados “brownfield” caracterizam-se por estarem ligados a projetos em andamento ou já existentes, nesse caso concentrando-se em fusões e aquisições – a forma preferida de ingresso dos demais IEDs chineses no Brasil, que segundo o CEBC (2017) são operações mais rentáveis, pois já estão em sintonia com a burocracia brasileira. Por fim, houve os aportes em PD&I, devido à obrigação contratual mencionada anteriormente⁴⁰. A opção pela entrada através de IED pressupõe um engajamento mais duradouro no setor de produção, oferecendo a transferência de recursos em troca da aquisição de uma determinada parte do controle, diferentemente aos investimentos de portfólio (JUNQUEIRA, 2020).

³⁹ Investimentos do tipo “greenfield” são caracterizados por projetos incipientes; plantas que ainda serão desenvolvidas, ao contrário do “brownfield”, que destina recursos a companhias com estrutura parcialmente prontas ou mesmo um projeto já em andamento.

⁴⁰ Os aportes em PD&I, de acordo com a fonte utilizada, foram categorizados como ingressos do tipo “greenfield”.

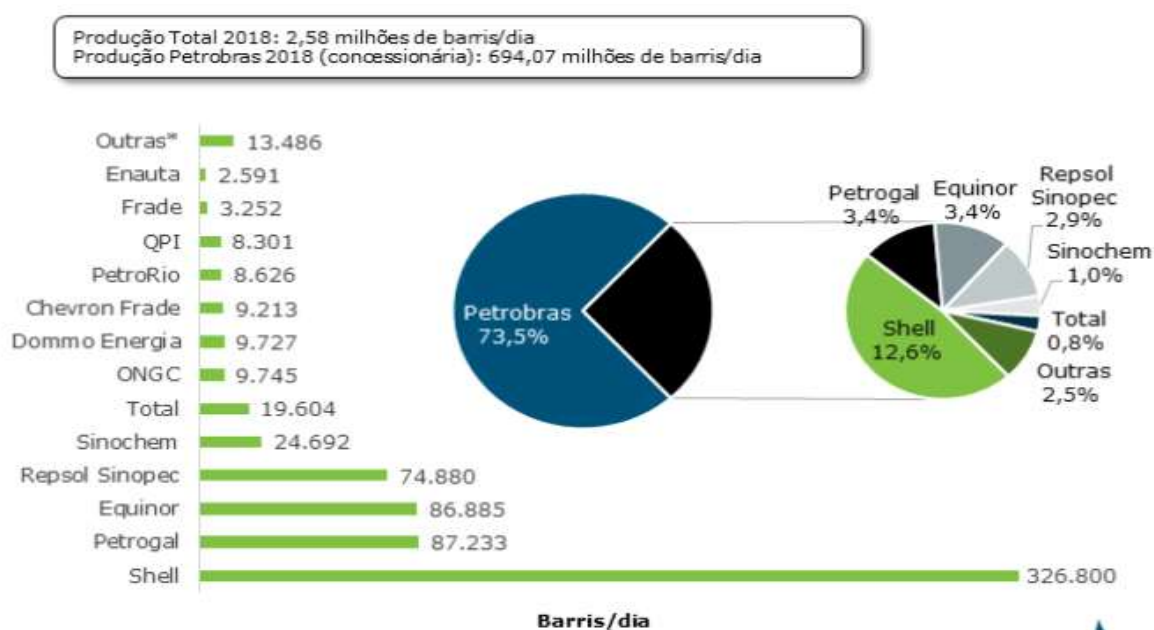
Figura 10 – Ingresso dos investimentos das empresas petrolíferas chinesas entre 2009-2019



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Apêndice.

Em 2018, houve maior concentração de projetos – 3 no subsetor de “upstream”, 1 em “downstream” e por último, 1 em PD&I, totalizando 5 investimentos. Os demais anos acumularam uma média de 3 investimentos anuais, sendo o subsetor de PD&I o que reteve a maior quantidade de investimentos, embora tenha havido predomínio da atuação em “upstream” dado que em uma única transação podia ser comercializado mais de um bloco ou campo de exploração.

Figura 11 – Produção de petróleo por concessionária (2018)



Fonte: Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP, 2019).

A produção de petróleo das firmas concessionárias chinesas em 2018 girou em torno de 3% da produção total anual, considerando as demais empresas atuantes. Com base nos dados do IBP e considerando que a Repsol-Sinopec e a Petrogal possuem apenas um percentual ligado à Sinopec, a participação no total não chega a ser tão considerável quanto mostrado na figura 5. Do total da Petrogal, somente 1,02% é da parte chinesa, assim como só 1,16% da produção da Repsol-Sinopec. Adicionadas ao 1% da Sinochem, o total corresponderia a 3,18%; contudo ainda há percentuais mais irrisórios referentes às demais firmas, que não são discriminados pela imagem⁴¹.

A tabela 2 apresenta um apanhado da produção das estatais a partir de 2011. Embora não seja interessante discutir apenas o aumento na quantidade produzida de milhões de barris por ano (MBA), é importante que se frise que mesmo o percentual geral não sendo tão expressivo, esse aumento é. Embora o mercado de produção ainda seja liderado em larga escala pela Shell⁴², o referente avanço das chinesas conseguiu posicionar a Petrogal como a 3ª maior concessionária produtora, seguida pela Repsol-Sinopec (ANP, 2020). Considerando as demais, a Sinochem foi a única que conseguiu alcançar um lugar dentre as 10 maiores concessionárias, posicionando-se em 7º lugar. Ademais, somente a Petrogal consta na lista de operadoras, em 14ª posição.

Tabela 2– Produção de empresas petrolíferas chinesas no Brasil (2011-2019) em MBA⁴³

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Sinopec	1.67	1.92	3.0	6.0	11.1	15.0	19.4	20.5	20.6
Sinochem	3.8	9.0	10.1	10.9	10.6	9.2	9.8	9.0	8.9
CNODC	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.039	0.9	1.3
CNOOC	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.039	0.9	1.3
Other companies	763.0	743.5	725.2	806.1	868.0	894.6	926.8	912.8	985.4

Fonte: Barbosa, 2021, p.8.

Os investimentos chineses no setor, contudo, não se restringem ao setor de “upstream”. Embora este corresponda a uma grande parcela da atuação no setor devido a ainda ser uma área em expansão, visto que a tendência é que ainda aconteçam mais ofertas de participação pela

⁴¹ Além disso, alguns campos nos quais as firmas chinesas possuem participação ainda não estão em fase de produção.

⁴² Considerando as empresas concessionárias estrangeiras. A Petrobras permanece como maior concessionária e operadora nacional nas listagens da ANP.

⁴³ “Other companies” diz respeito às demais empresas atuantes em produção, assim como as estatais chinesas.

ANP em anos vindouros e também que novos campos entrem em fase de produção, observou-se que houve um transbordamento dessa presença para outros segmentos da cadeia produtiva - estes serão abordados em seguida.

4.2 Comércio exterior

As relações comerciais sino-brasileiras, conforme discutido anteriormente, também foram fortemente impactadas. Com a China tornando-se a maior parceira comercial brasileira em 2009, notadamente o setor petrolífero seria alvo dessa intensificação. Isso justificou-se pela relação bilateral ser caracterizada pela exportação de insumos básicos provenientes do Brasil, apresentando uma predominância de “commodities” na pauta exportadora nacional.

4.2.1 Balança comercial

Conforme já mencionado, uma série de fatores influenciou o ápice dos fluxos comerciais entre o Brasil e a China. O efeito do “boom das commodities”, o cenário pós-crise mundial, o acelerado crescimento econômico chinês e a recente abertura do subsetor de “upstream” contribuíram mais precisamente para esse auge. Os antigos anseios provenientes de uma diplomacia do petróleo e das táticas de internacionalização também pesaram na orientação da busca pelo mercado brasileiro.

Dessa forma, o estreitamento dessas relações acabou ocasionando mudanças também na presença de outros países nas exportações brasileiras, como por exemplo os Estados Unidos e a União Europeia, que sempre ocuparam posições de destaque no segmento comercial (HIRATUKA; SARTI, 2016). A progressiva concentração da pauta exportadora em produtos de menor valor, conseqüentemente contribui para que o Brasil fique mais sujeito às condições econômicas internacionais, no que tange a oscilação de preços. De todo modo, o estreitamento dessas relações, em especial os seus impactos, contribuem para o debate da existência de uma divisão internacional do trabalho nas regiões que são alvos da GG. Enquanto a China possa ser uma rival econômica para alguns, demonstra-se uma parceira para outros, em especial aos países abundantes em recursos primários (JUNQUEIRA, 2020). Por um lado, há o benefício oriundo dos grandes volumes exportados, convertidos em abundantes divisas que são abaladas positivamente em situações de desvalorização do real. Por outro, nota-se a conformidade da estratégia de “market seeking” dos investimentos também nos interesses comerciais, fazendo

com que as firmas chinesas encontrem no Brasil um grande mercado consumidor para suas exportações.

Especificamente falando, embora a China importe quase a metade do seu petróleo do Oriente Médio, a figura 2 apontou que 68% das exportações brasileiras do produto tem o país asiático como destino. Entretanto, dentre as importações chinesas, a fração brasileira ainda representa menos de 10%, ilustrando uma assimetria nos números. Ultrapassando os Estados Unidos, que concentravam o volume de exportações do produto, a China tornou-se o principal mercado de destino – e não apenas isso, pois a quantidade também cresceu rapidamente, como é possível inferir na tabela 3. A especificação dos dados pertencentes à Petrobras deve-se ao fato de a empresa ser não apenas uma das maiores empresas brasileiras, como historicamente também ser a principal concessionária (BARBOSA, 2020).

Tabela 3 – Exportações de óleo bruto do Brasil e da Petrobras para a China (em mil barris por dia)

Year	Brazil's world exports	Brazil's exports to China	China's share of total (%)	Petrobras' world exports	Petrobras' exports to China	China's share of total (%)
2006	368	45	12	335	40	12
2007	421	42	10	353	53	15
2008	433	56	13	439	66	15
2009	526	74	14	478	86	18
2010	632	161	25	497	144	29
2011	605	136	23	428	111	26
2012	549	125	23	364	120	33
2013	381	115	30	207	95	46
2014	519	107	21	232	95	41
2015	737	252	34	360	194	54
2016	798	296	37	387	217	56
2017	997	423	42	512	246	48
2018	1.123	624	56	428	297	70
2019	1.172	739	63	536	379	71

Fonte: Barbosa, 2020, p.323

Levando esses dados em consideração, a atuação da Petrobras inclusive foi expandida para o mercado chinês por meio da inauguração de uma tancagem de óleo cru no porto de Qingdao, na província de Shandong⁴⁴. A empresa afirmou ser uma iniciativa voltada à solidificação da presença no mercado chinês, buscando capilarizar suas vendas de petróleo, pois

⁴⁴ Conforme informado pela empresa, através de seu site. Disponível em <<https://petrobras.com.br/fatos-e-dados/china-e-o-nosso-principal-destino-das-exportacoes-de-oleo-cru.htm>>. Acesso em 20 junho 2021.

38% do volume exportado ao país pela companhia tem como destino refinarias independentes dessa região. Barbosa (2020) elucida que a origem dessa situação está relacionada a mudanças legais no mercado doméstico de óleo e gás da China, que permitiu a importação limitada por cotas de petróleo por parte das refinarias privadas.

A relação das empresas chinesas que operam no Brasil com os fluxos comerciais, assim como verificação de alguns dados é relativamente incerta. Liao (2015) argumenta que por conta da indisponibilidade de informações destas, não há como atestar a maneira de importação do petróleo brasileiro por parte da China. Ademais, reforça que no comércio internacional não há relação direta entre a produção das companhias e a quantidade exportada para o país de origem, visto que o lucro é a orientação principal em operações transnacionais, enquanto Hogenboom (2017) estima que somente 10% a 15% da produção internacional destas empresas terem como destino a China.

4.2.2 Serviços

No setor do petróleo, a existência de uma cadeia de produção relativamente elaborada apresenta oportunidades de inserção à parte somente da produção do petróleo em si. Assim, além da área de “upstream”, os segmentos de “middle-“ e “downstream”⁴⁵, também foram alvo das operações chinesas, assim como construção de plataformas e sondas, logística portuária etc.

O quadro 5 apresenta os montantes classificados como serviços prestados por firmas da China de 2013 a 2019. Tais aportes foram direcionados ao setor, inclusive por uma própria petroleira – a Sinopec. Tendo movimentado alguns milhões de dólares, os procedimentos concentraram-se em ancoragem para estruturas pertencentes à Petrobras; embora Barbosa (2021) também discorra sobre a relação da Petrobras com estaleiros chineses devido aos seus planos de construção de FPSO s documentando mais de 10 navios já construídos ou em processo de construção por estaleiros da China.

⁴⁵ Os investimentos e serviços nessas áreas estiveram mais ligados à cadeia do gás.

Quadro 5 – Serviços prestados por empresas chinesas no setor de petróleo

DATA	EMPRESA CHINESA	PROJETO	VALOR (USD milhões)	TIPO	FORMA DE ENTRADA
dez/13	Sinopec	Contrato com a Petrobras para manutenção de oleoduto na Comperi	12,4	Middlestream	Serviço
mar/14	JASAC	Serviço de ancoragem para a Petrobras	46,6	—	Serviço
out/14	JASAC	Serviço de ancoragem para a Petrobras	4,8	—	Serviço
nov/14	JASAC	Serviço de ancoragem para a Petrobras	11,4	—	Serviço
mar/15	JASAC	Serviço de ancoragem para a Petrobras	5,4	—	Serviço
mar/15	JASAC	Serviço de ancoragem para a Petrobras	0,01	—	Serviço
ago/15	JASAC	Serviço de ancoragem para a Petrobras	5	—	Serviço
set/18	BDG Brasil	Levantamento sísmico para a Petrobras	32,5	—	Serviço
jun/19	JASAC	Serviço de ancoragem para a Petrobras	0,5	—	Serviço

Fonte: Elaboração própria a partir de Barbosa (2021, p.17 e 18).

O quadro 5 apresenta os montantes classificados como serviços prestados por firmas da China de 2013 a 2019. Tais aportes foram direcionados ao setor, inclusive por uma própria petroleira – a Sinopec. Tendo movimentado alguns milhões de dólares, os procedimentos concentraram-se em ancoragem para estruturas pertencentes à Petrobras; embora Barbosa (2021) também discorra sobre a relação da Petrobras com estaleiros chineses devido aos seus planos de construção de FPSO⁴⁶s documentando mais de 10 navios já construídos ou em processo de construção por estaleiros da China.

4.3 Diplomacia e finanças

As relações diplomáticas também exerceram grande influência no processo de adentramento das firmas chinesas no setor brasileiro. De acordo com as informações computadas pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE)⁴⁷, pode-se contabilizar 41 encontros entre autoridades brasileiras e chinesas nos últimos 19 anos, totalizando uma periodicidade média de 2 visitas ao ano.

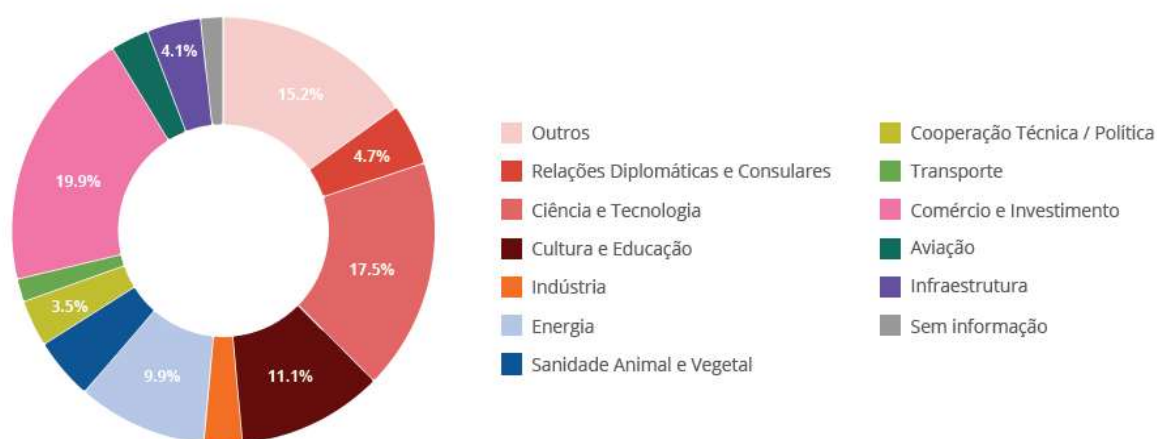
⁴⁶ Os FPSOs (“floating, production, storage and offloading”) são navios capazes de processar, armazenar e transferir o petróleo e/ou gás natural.

⁴⁷ A cronologia das relações bilaterais entre ambos os países se encontra em <<https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/relacoes-bilaterais/todos-os-paises/republica-popular-da-china>>. Acesso em 08 junho de 2021.

Essa frequência de encontros naturalmente levou ao fomento da criação de grupos e demais iniciativas que serviram de palco para negociações e tratativas de interesses individuais e conjuntos. A criação da COSBAN, do Diálogo Estratégico, do BRICS, da Parceria Estratégica Global, do BASIC e do Foro China-CELAC são frutos da evolução desse relacionamento, o qual também abarcou realizações menos abrangentes, tais quais o Diálogo de Alto Nível Brasil-China em Ciência, Tecnologia & Inovação e eventos ministeriais ou de cunho empresarial ao longo do tempo.

Levando essas iniciativas em conta, o setor energético como um todo foi alvo dessas negociações, atingindo cerca de 10% dos acordos mapeados desde 1999 (BRICS POLICY CENTER, 2019). O “fact-sheet” elaborado pelo “think-tank” também constatou predominância de atores privados chineses, ao contrário da participação brasileira, na qual houve domínio de entes públicos.

Figura 12 – Setores abarcados pela celebração de acordos entre o Brasil e a China (1999-2019)



Fonte: BRICS Policy Center, 2019.

Nessa conjuntura, acabou sendo abarcada cadeia de petróleo a partir de aproximações e parcerias firmadas através dessas tratativas, que alternaram entre acordos, memorandos de entendimento (MOU), contratos e declarações conjuntas. Foram encontrados casos não só de acordos de cunho cooperativo como também de empréstimos e financiamentos consequentes dessa convergência de maneios.

4.3.1 Principais acordos e iniciativas

As principais tratativas e montantes desembolsados por entidades chinesas foram elencados nos quadros 6 e 7. Verificou-se que houve um número superior de iniciativas anunciadas, embora assim como no escopo geral dos acordos bilaterais firmados e no mapeamento de investimentos⁴⁸, alguns não se consolidaram – tal qual o acordo entre o Grupo Schahin e o Industrial and Commercial Bank of China (ICBC) Leasing, para o financiamento da construção de plataformas de petróleo. Esse acordo, assim como outros listados, foi fechado em ocasião da visita do primeiro-ministro chinês ao Brasil em 2015, quando firmou junto à então presidente brasileira um Plano de Ação Conjunta (PAC) para o período de 2015-2021, em complemento ao Plano Decenal de Cooperação Brasil-China 2012-2021.

Quadro 6 – Principais empréstimos e acordos mapeados entre 2009 e 2015

ANO	ENTIDADE CHINESA	PROPOSTA	VALOR (USD bilhões)	TIPO	ORIGEM
2009	CDB	Desenvolvimento de campo do Pré-Sal	7	Empréstimo garantido por petróleo	-
2010	Governo	Estabelecimento de metas em iniciativas de várias áreas de cooperação	-	-	Plano de Ação Conjunta entre governos (2010-2014)
2013	Bank of China (BOC)	-	1	Empréstimo	-
2014	CDB	-	3	Financiamento	Acordo de Cooperação
2014	Bank of China (BOC)	-	0,5	Empréstimo	-
2015	Governo	Estabelecimento de metas em iniciativas de várias áreas de cooperação	-	-	Plano de Ação Conjunta entre governos (2015-2021)
2015	CDB	-	1,5	Financiamento	Acordo de Cooperação
2015	CDB	-	3,5	Financiamento	Acordo de Cooperação
2015	Industrial and Commercial Bank of China (ICBC) Leasing	Leasing financeiro da plataforma P-52 da Petrobras	1	Financiamento	Acordo de Cooperação

Fonte: Elaboração própria, com base em Barbosa (2020) e The Dialogue (2021).

⁴⁸ Há uma verificação entre os investimentos anunciados e os confirmados por parte do CEBC.

Além destes, as operações ligadas à infraestrutura abarcaram atividades de “middlestream”, com atuação no armazenamento e atividades auxiliares dos transportes⁴⁹. Exemplo foi o anúncio de construção do Porto São Luís em 2018, que contou com a presença do embaixador da China no Brasil no ato de lançamento. A obra terá liderança da China Communications Construction Company (CCCC), que comprou 51% de participação no empreendimento. Além dela, há também participação de outros parceiros chineses, como o banco comercial ICBC, o grupo Herun e também o CDB (CEBC, 2018). Também integra esse escopo a aquisição pela PetroChina de 30% da TT Work, um grupo brasileiro atuante em distribuição de produtos derivados, embora não tenha sido fruto de acordos firmados pelo grupo CNPC⁵⁰.

Ademais, nota-se um número significativo de empréstimos garantidos por petróleo. Conforme já descrito no capítulo anterior, essa modalidade de crédito foi utilizada pela China na relação com outros países, com ênfase em Angola. Gallagher et al (2018, p.317 *apud* Barbosa 2020, p. 334) acrescenta que cerca de 40% dos empréstimos concedidos pela China são garantidos pela venda de petróleo. Assim, a presença brasileira neste panorama identifica-se ao proposto pela diplomacia do petróleo.

Os montantes destinados à América Latina desde 2005 posicionam o Brasil como 2º maior receptor na região, com predomínio dos bancos públicos no lugar de provedores, visto também que as taxas destes costumam ser melhores do que as dos bancos comerciais. Schutte e Debone (2017, p. 102) discordam ao observar que nesse caso há uma lógica dupla na atuação dos bancos públicos, pois tem apesar de possuírem rentabilidade similar à dos bancos ocidentais, estes aliam-se às empresas produtivas, de modo a agir em função dos objetivos estratégicos do governo chinês.

A ligação da Petrobras com os empréstimos concedidos desde 2009 revela uma relação de suposta cooperação com as entidades consideradas, principalmente financeiras. As ofertas de valores ocorreram em momentos críticos para a empresa brasileira, devido aos problemas enfrentados nos últimos anos. Tendo isso em vista, a necessidade de financiamento adicional devidos a fatores internos e externos, tal como gastos com o ambicioso pré-sal e a crise financeira, que deteriorou a liquidez internacional, noticiaram-se impactos devido aos esquemas de corrupção, levando a empresa a um panorama de dívidas e alavancagem. Desse

⁴⁹ Conforme divisão setorial dos investimentos pelo CEBC.

⁵⁰ A transação consta na lista de investimentos incluídos no Apêndice A. A PetroChina é uma das subsidiárias da CNPC.

modo, os bancos chineses se tornaram os maiores credores da Petrobras em 2019, concentrando quase 20% dos empréstimos tomados pela empresa (BARBOSA, 2020).

Quadro 7 – Principais empréstimos e acordos mapeados entre 2016 e 2019

ANO	ENTIDADE CHINESA	PROPOSTA	VALOR (USD bilhões)	TIPO	ORIGEM
2016	CDB	-	5	Empréstimo garantido por petróleo	Acordo de Cooperação
2016	China Exim-Bank	Fornecimento de equipamentos e serviços firmados com fornecedores chineses	1	Financiamento	Acordo-Quadro de Financiamento
2017	CNPC	Parceria estratégica com a Petrobras	-	-	Memorando de Entendimento
2017	CDB	Gerenciamento de passivos	5	Empréstimo garantido por petróleo	
2018	CNODC	Parceria estratégica com a Petrobras	-	-	Acordo Integrado de Modelo de Negócios
2018	New Development Bank (NDB)	Melhoria de infraestrutura em 2 refinarias para adequação à legislação ambiental	0,2	Empréstimo	-
2018	Bank of China (BOC)	-	0,5	Empréstimo	-
2018	CCCC	Sociedade majoritária na construção do Porto São Luís	-	Investimento	-
2018	Industrial and Commercial Bank of China (ICBC) Leasing	Expansão do Porto São Luís	-	Financiamento	Carta-mandato para financiamento
2019	China Exim-Bank	-	0,714	Empréstimo	-

Fonte: Elaboração própria, com base em Barbosa (2020) e The Dialogue (2021).

Além dessa característica, alguns importantes pormenores integram essa cooperação, como a presença de cláusulas de conteúdo local e um padrão contracíclico inferidos por Barbosa (2020). As presenças das cláusulas de requisito de conteúdo local fazem com que nesse

processo haja a garantia do uso de manufaturas ou serviços chineses, fomentando o objetivo da política GG, que é a internacionalização das empresas do país. Outrossim, isso demonstra que há uma presença de condicionalidades nos acordos, algo que não se adequa ao proposto pela CSS. Praticamente todos os acordos firmados com o CDB e com o Exim-Bank possuem esse tipo de condicionalidade (BARBOSA, 2020), embora não sejam detalhes usualmente divulgados, o que dificulta também a averiguação através de fontes oficiais. Entretanto, o financiamento datado em 2016 pelo Exim-Bank já revela essa prática, ao envolver a contratação de serviços prestados por empresas chinesas.

Em continuidade, Barbosa (2020, p.339) vê esse movimento como um padrão contracíclico, pois os bancos apresentaram um movimento contrário ao das empresas petrolíferas:

Interestingly, Chinese banks have behaved in a different way than Chinese oil companies in Brazil. These have speeded up investments when oil prices were up or going up. Accordingly, they have invested less when oil rates fell.

A queda nos preços do barril nos últimos anos vem fazendo as grandes petrolíferas otimizarem seus projetos, seus ativos e suas atividades como um todo. A magnitude dos projetos, até por serem investimentos a longo prazo, estão por vezes não apresentando mais a mesma rentabilidade com a qual o setor estava acostumado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o apanhado geral da estratégia de internacionalização chinesa no capítulo 2 e das iniciativas chinesas no setor brasileiro no capítulo 3, infere-se que a condução das relações bilaterais nesse âmbito foi orientada por um misto de fatores internos e externos. Relembrem-se aqui os interesses nacionais chineses, na sua busca por expansão e diversificação de parceiros, e as questões internacionais, tal qual a condição brasileira do setor petrolífero que devido a abertura à concorrência internacional, permitiu a atuação nos campos do pré-sal e a prestação de serviços na cadeia produtiva, com ações estendidas ao setor de infraestrutura. Observou-se da parte chinesa uma convergência entre planejamento governamental, movido em parte pela necessidade de garantir o abastecimento do recurso a longo prazo, e as perspectivas de lucro através da expansão das firmas e do fornecimento de empréstimos a países produtores.

Assim, a dinâmica das relações entre as empresas chinesas e as brasileiras apresenta não só oportunidades, como também desafios. Na ótica comercial, a enorme participação da China nas exportações brasileiras de petróleo, embora contribua para o equilíbrio da balança comercial e o acúmulo de reservas internacionais, arrisca o estabelecimento de uma situação de dependência em relação ao destino das exportações, visto que são enviadas em larga escala para a China já há alguns anos. Outrossim, a disparidade constatada na comparação dos itens que compõem a pauta de produtos chineses importados pelo Brasil configura uma bilateralidade de assimetria.

As relações de investimento foram as mais abastadas pela entrada de aportes chineses, considerando os custos envolvidos nas atividades de “upstream”, que foram o principal alvo dentro do setor. A participação da CNPC e da CNOOC nos dois mais importantes campos do pré-sal foi considerada um marco no histórico dos investimentos chineses no setor. Além disso, devido à produtividade dos campos do pré-sal serem superiores à do pós-sal, há uma alta probabilidade de que ambas as empresas se tornem produtoras principais no Brasil (BARBOSA, 2020). Fora essas, outras 3 empresas chinesas já alcançaram uma posição de destaque dentre as demais concessionárias, multiplicando suas produções em pouco tempo. Contudo, a atuação de tantas empresas no subsetor de “upstream” evidencia que as atividades em “middlestream” e “downstream”, que também contemplam fases com grande atrelagem tecnológica, serão desenvolvidas além-mar. Ou seja, os demais processos da cadeia produtiva em questão, com alto valor agregado, serão executados fora do Brasil.

Os acordos e iniciativas objetivadas e acordadas ao longo dos anos, principalmente no âmbito de infraestrutura, beneficiaram o Brasil se observados pela otimização de processos logísticos, prestação de serviços pontuais, financiamento de projetos de exploração e o estabelecimento de parcerias estratégicas, inclusive transbordando esses aportes para as cadeias de suprimento agrícola, infraestrutura, energia, e etc. Há de se levar em consideração que a presença não só de atores públicos como privados da China nesses setores acontece em conformidade à intenção bilateral, como já expressadas publicamente⁵¹.

Ademais, nos projetos de “upstream”, sabe-se também que embora haja interesse da parte chinesa na tecnologia empregada pela Petrobras, a empresa brasileira também não seria capaz de desenvolver toda a área do polígono do pré-sal por si só, devido aos vários fatores já mencionados. Fora isso, o esforço empreendido no aumento da produção de petróleo, enquanto pode ser uma ameaça, também significa uma ampliação da disponibilidade de energia nos anos vindouros, já que se sabe que a demanda por energia deve aumentar.

Resumidamente, a ramificação das atividades desempenhadas pelas empresas ao longo da cadeia de produção se retratou por meio da atuação na prestação de serviços de infraestrutura, produção de maquinário, provisão de empréstimos, importação de óleo e investimentos na exploração e produção dentro do Brasil. Os interesses foram guiados pelos seguintes pontos:

- Abastecimento (consumo aumentou 5 vezes nos últimos 26 anos);
- Transferência de tecnologia (há interesse nas técnicas empregadas no setor de exploração do pré-sal, dado que é uma camada ultra-profunda, de difícil acesso e extração, na qual a Petrobrás hoje emprega uma tecnologia que demorou anos para ser desenvolvida);
- Diversificação no escopo de fornecedores (por motivos variados, dentre eles instabilidade política, regulatória e financeira em alguns países abertos à participação chinesa);
- Internacionalização das companhias de petróleo e das empresas de setores ligados à infraestrutura no geral (consubstanciadas na estratégia “Going Global”);
- Mudanças legais no mercado doméstico chinês que autorizaram a importação de petróleo por refinarias privadas (o que só era permitido às refinarias estatais);

⁵¹ A exemplo da Declaração Conjunta emitida pelos compromissos da visita do primeiro-ministro chinês em 2015, já referenciado anteriormente.

- Qualidade do petróleo do pré-sal, preferido pelas refinarias do país (com baixa porcentagem de enxofre, assim como o da Angola);

O aumento da presença chinesa por meio dos investimentos, da parceria comercial, do fomento das relações diplomáticas e dos acordos financeiros, tornando-se o principal credor dos empréstimos da Petrobras, reforça o êxito no alcance dos objetivos preteridos por meio da política GG e da intensificação da busca por diversificação de parcerias, principalmente após 2008.

A atuação das empresas chinesas fora do subsetor de “upstream” remete também a uma situação de vácuo antes ocupado por empresas brasileiras nas áreas de construção e infraestrutura, que após os escândalos de corrupção envolvendo a “Operação Lava-Jato”, abriu espaço para a entrada dessas firmas, uma vez que algumas empresas restantes não possuíam mais competitividade frente às estrangeiras. Embora as empresas petroleiras, sejam orientadas ao lucro, foi comentado que isso não indica que há perda de intervenção estatal sobre elas, fazendo com que parte dos investimentos efetivados ajam em conformidade à busca por sinergias e complementaridades objetivada por ambos os governos, mas também à interesses particulares ao governo chinês, já que possui influência sobre as firmas com participação estatal.

Provavelmente o Brasil não tenha sido um mercado-alvo à época da expansão das firmas chinesas provocada pela DP devido à então condição setorial, que não era favorável à entrada destas. Contudo, isso não significa que não haja uma confluência maior entre a presença chinesa no setor petroleiro do Brasil com esse conceito. Pelo contrário, nota-se que o engajamento no setor petroleiro de modo geral satisfaz o preterido pela política da Diplomacia do Petróleo. Essa constatação deve-se principalmente ao considerar-se o padrão assimétrico dos fluxos comerciais e à presença de condicionalidades nos empréstimos e financiamentos providos por bancos chineses – aspectos que não se enquadram no disposto acerca da CSS, embora algumas iniciativas tenham sido desenroladas através de acordos de cooperação, o que também não anula os ganhos provenientes dessas tratativas.

Assim, pode-se remeter ao enquadramento da CSS alguns dos referidos ganhos, como o aumento no volume de comércio, IED e transferência de tecnologia, dentre outras formas de intercâmbio entre ambos os países do Sul. No que tange as finanças, apesar de ter sido o único mapeado nesse escopo, o empréstimo do NBD instrumentaliza uma cooperação triangular, ao ser facilitado pelo seu banco de fomento dos BRICS. Nota-se que as empresas e bancos chineses

agiram como atores doadores, enquanto no Brasil, foi a Petrobras que em especial ocupou o papel de ator beneficiário. Seguindo os princípios adotados pela UNOSSC, deve-se reconhecer que realmente houve fomento dos objetivos da CSS, tal qual o fortalecimento das capacidades tecnológicas (pelas parcerias estratégicas entre empresas mencionadas) e o aumento das comunicações entre os países (dado o expressivo número de encontros no período adotado). Entretanto, não se pode afirmar que as relações no setor são exclusivamente adequadas ao enquadramento da Cooperação Sul-Sul, pois nota-se a presença de muitos interesses divergentes aos princípios de não-condicionalidade e benefício mútuo. Na verdade, o que se pode afirmar é que em momentos, age em consonância com a agenda de cooperação, e em outros, movimenta-se pela lógica já aplicada em sua presença internacional no setor, que é a Diplomacia do Petróleo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACIOLY, L.; LEÃO, R. P. F. **Internacionalização das Empresas Chinesas**: as prioridades do investimento direto chinês no mundo. 84. ed. Brasília: Ipea, 2011. 28 p. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3764/1/Comunicados_n84_Internacionaliza%c3%a7%c3%a3o.pdf>. Acesso em 19 março de 2020.

ACIOLY, L.; PINTO, E. C.; CINTRA, M. A. M.; CALIXTRE, A. B. **As relações bilaterais Brasil-China**: a ascensão da China no sistema mundial e os desafios para o Brasil. Comunicado do IPEA, nº 85. Brasília: IPEA. Abril de 2011. Disponível em <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6889>>. Acesso em 04 abril de 2021.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS E BIOCOMBUSTÍVEIS – ANP. **Entenda as Rodadas**, 2017. Disponível em < <http://rodadas.anp.gov.br/pt/entenda-as-rodadas?view=default>>. Acesso em 17 maio de 2021.

. **Anuário Estatístico 2020**. Disponível em <<https://www.gov.br/anp/pt-br/centrais-de-conteudo/dados-abertos/anuario-estatistico-2020-dados-abertos>>. Acesso em 17 maio de 2021.

. **Polígono do Pré-Sal**, 2021. Disponível em <<https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/exploracao-e-producao-de-oleo-e-gas/dados-tecnicos/mapas-e-p/poligono-do-pre-sal>>. Acesso em 08 fevereiro de 2021.

ANDRADE, I. D. O.; NARETTO, N. D. A.; LEITE, A. W. A Dinâmica das Relações Econômicas entre Brasil e China: uma análise do período (2000-2015). **Boletim de Economia e Política Internacional (BEPI)**, set./dez. 2015. 5-20.

ALMEIDA, A. B. **Política Externa da China a partir da Iniciativa “One Belt, One Road”**: Riscos e Oportunidades. Monografia (Graduação) - Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2019. E-book.

ALVES, A. C. A Comparative Study of China’s Oil-backed Loans in Angola and Brazil. In: **Journal of Current Chinese Affairs**, v.42, nº1, p. 99–130. 2013.

ARRIAGADA, G.; ESPINASA, R. **China, Latin America and the United States: a troubled energy triangle**. Washington: Inter-American Dialogue, 2014. 24 p. Disponível em: <https://www.thedialogue.org/wp-content/uploads/2015/04/ArriagadaEspinasa_Atroubledenergytriangle_041014_FINAL.pdf>. Acesso em 09 junho de 2021.

BARBOSA, P.H. B. **Brazil-China oil cooperation: bilateral trade, FDI, construction projects and loans (2000-2018)**. Programa de Becas para Investigadores sobre China del Centro de Estudios China-México 2019. Disponível em <https://dusselpeters.com/CECHIMEX/20200225_CECHIMEX_Batista_Barbosa_Pedro_Henrique_Brazil-China_oil_cooperation_2000-2018.pdf>. Acesso em 13 junho de 2021.

BARBOSA, P. H. B. **Two Decades of Brazil-China Oil Cooperation: Investments and Infrastructure Projects**. *Cuadernos de Trabajo del Cechimex*, 2021. Disponível em <https://dusselpeters.com/CECHIMEX/20210506_3_CECHIMEX_Two_decades_of_Brazil_China_Oil_Cooperation_Pedro_Henrique_Batista_Barbosa.pdf>. Acesso em 30 maio 2021.

BECARD, D. S. R.; MACEDO, B. V. Chinese multinational corporations in Brazil: strategies and implications in energy and telecom sectors. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 57, n. 1, p. 143-161, 2014. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em <<https://www.scielo.br/j/rbpi/a/4FWX6RwqdpDxGw3MRnGkLqB/?lang=en>>. Acesso em 05 julho de 2021.

BORGHI, R. A. Z. O Padrão de Especialização Comercial da China com as Economias da América Latina e África: Revisitando a Dicotomia Centro-Periferia. In: *Revista Tempo do Mundo*, n.24, p.27-52, 2020. Disponível em <<https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/view/268/246>>. Acesso em 05 abril de 2021.

BP – BRITISH PETROLEUM. **Statistical Review of World Energy 2016**. Disponível em <<https://www.bp.com/en/global/corporate/energy-economics/statistical-review-of-world-energy.html>>. Acesso em 25 junho de 2021.

BRICS POLICY CENTER. **Fundos Internacionais Chineses de Cooperação**. Disponível em <<https://bricspolicycenter.org/publicacoes/12752/>>. Acesso em 25 junho de 2021.

CAIXETA, M. B. A cooperação Sul-Sul e as epistemologias do Sul: novos referenciais para a inovação de iniciativas e produção de conhecimento. *Conjuntura Austral*, Porto Alegre, RS, v.6, n.32, p.4-18, nov.2015. Disponível em <<https://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/57212>>. Acesso em 05 março. 2020.

CENTRO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS – CEBRI. **IX Reunião do Grupo de Análise sobre China: The Belt and Road Initiative – views from Brazil and other partners**. Disponível em <<https://www.cebri.org/portal/publicacoes/cebri-artigos/lx-reuniao-do-grupo-de-analise-sobre-china---the-belt-and-road-initiative:-views-from-brazil-and-other-partners>>. Acesso em 15 junho de 2021.

CINTRA, M. A. M.; PINTO, E. C. China em transformação: transição e estratégias de desenvolvimento. *Revista de Economia Política*, v. 37, n. 2, p. 381–400, 2017. Disponível em <https://www.academia.edu/14775769/China_em_transforma%C3%A7%C3%A3o_transi%C3%A7%C3%A3o_e_estrat%C3%A9gias_de_desenvolvimento>. Acesso em 28 maio de 2021.

CHINA NATIONAL PETROLEUM COMPANY – CNPC. **About CNPC**. Disponível em <https://www.cnpc.com.cn/en/aboutcnpc/aboutcnpc_index.shtml>. Acesso em 25 março de 2021.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA – CEBC. **Investimentos Chineses no Brasil 2017**. Rio de Janeiro, julho, 2018. Disponível em

<<https://www.cebc.org.br/2018/12/11/investimentos-chineses-no-brasil-2017/>>. Acesso em 05 fevereiro de 2021.

_____. **Investimentos Chineses no Brasil 2018**: o quadro brasileiro em perspectiva global. Rio de Janeiro, julho, 2019. Disponível em <<https://www.cebc.org.br/2019/09/23/investimentos-chineses-no-brasil-2018-o-quadro-brasileiro-em-perspectiva-global/>>. Acesso em 05 fevereiro de 2021.

CONTI, B. de; BLIKSTAD, N. Impactos da economia chinesa sobre a brasileira no início do século XXI: o que querem que sejamos e o que queremos ser. **Texto Para Discussão**, Campinas, v. 292, n. 1, p. 1-34, abr. 2017. Mensal. Disponível em <<https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3512/TD292.pdf>>. Acesso em 17 abril de 2021.

COSTA, F. K. S.; MENDONÇA, T. G. de. Evolução do comércio bilateral entre Brasil e China: análise das relações comerciais. *Economia e Desenvolvimento, UFSM*, v.2, n.29, jul./dez. 2017. p.73-90, 2017.

DUTRA, L. E. D. A Evolução Recente do Mercado Internacional de Petróleo: Um caso clássico da instabilidade dos oligopólios. **Boletim de Economia Política Internacional (BEPI)**, Brasília, v. 23, n. 1, p. 5-12, maio/ago. 2017. Quadrimestral. Disponível em <https://www.academia.edu/36059712/A_DIN%C3%82MICA_DAS_RELAC%C3%87%C3%95ES_ECON%C3%94MICAS_ENTRE_BRASIL_E_CHINA_UMA_ANALISE_DO_PER%C3%8DODO_2000_2015_THE_DYNAMICS_OF_ECONOMIC_RELATIONS_BETWEEN_BRAZIL_AND_CHINA_AN_ANALYSIS_OF_THE_PERIOD_OF_2000_2015_email_work_card=thumbnail>. Acesso em 05 julho de 2021.

ENERGY INFORMATION AGENCY – EIA. International Analysis – China 2011. Disponível em <<https://www.eia.gov/international/analysis/country/CHN>>. Acesso em 12 de março 2021.

_____. International Analysis – China 2020. Disponível em <<https://www.eia.gov/international/analysis/country/CHN>>. Acesso em 12 de março 2021.

EPE – Empresa de Pesquisa Energética. **Balanco Energético Nacional 2019**. Disponível em <<https://www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/balanco-energetico-nacional-2019>>. Acesso em 08 abril de 2021.

EPBR. **Statoil muda de nome para Equinor de olho no mundo pós-petróleo**. 15 de março de 2018. Disponível em <<https://epbr.com.br/statoil-muda-de-nome-para-equinor-de-olho-no-mundo-pos-petroleo/>>. Acesso em 14 de junho de 2021.

FORTUNE. **Global 500 2019**. Disponível em <<https://fortune.com/global500/2019/>>. Acesso em 02 junho 2021.

KOCH-WESER, I. **Chinese Energy Engagement with Latin America**: a review of recent findings. Washington: Inter-American Dialogue, 2015. 48 p. Disponível em: <<https://www.thedialogue.org/wp-content/uploads/2019/07/ChinaLatinAmericaEnergy.pdf>>. Acesso em 04 junho de 2021.

LAI, H. H. China's oil diplomacy: is it a global security threat?. **Third World Quarterly**, Volume 28, Issue 3, 2007.

LEÃO, R. P. F. A gestão da política cambial chinesa: as lições do período da crise financeira de 2008. Brasília: IPEA. **Boletim de Economia e Política Internacional (BEPI)**, n. 4, out./dez. 2010.

LEÃO, R. P. F; PUTY, C. C. B. A estratégia do investimento direto chinês e da atuação das empresas estatais no Brasil: uma análise do ingresso no setor petrolífero. **Texto Para Discussão**: Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 1-34, nov. 2018. Mensal. Disponível em <<https://ineep.org.br/wp-content/uploads/2020/06/post-4.pdf>>. Acesso em 05 junho de 2021.

LIAO, S. **Parceria Brasil-China**: a questão do petróleo. 104 f. **Tese (mestrado)**, 2015. Marília. Disponível em <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/134098>>. Acesso em 08 junho de 2021.

LIMA, P. **China** – o foco das atenções. Chiado editora, 2014.

MAWDSLEY, E. China and Africa: Emerging Challenges to the Geographies of Power. **Geography Compass**, v.1, maio 2007, p. 405-421.

MENDES, C. A. A China e a Cooperação Sul-Sul. **Relações Internacionais**, Ásia: Segurança e Poder, v.26, p. 39-46, jun. 2010.

MILANI, C. R. S. Evolução Histórica da Cooperação Norte-Sul. In: (ORG.), A. D. M. E. S. **Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento**. Brasília: IPEA, 2014a. Cap. 2, p. 33-56.

MILANI, C. R. S. Evolução Histórica da Cooperação Sul-Sul. In: (ORG.), A. D. M. E. S. **Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento**. Brasília: IPEA, 2014b. Cap. 2, p. 57-88.

MILANI, C. R. S.; LOUREIRO, J. C. S. Cooperação internacional e desenvolvimento: análise da atuação de agências internacionais em Duque de Caxias (Rio de Janeiro). **Cadernos EBAPE.BR**, jun. 2013, v.11, n.2, p.234-255. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cebape/a/DJb3rxsn4Bjk9F6M3zKgFpv/abstract/?lang=pt#>>. Acesso em 5 julho de 2021.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES – MRE. **Visita do Primeiro-Ministro da República Popular da China, Li Keqiang, ao Brasil** - Declaração Conjunta e Plano de Ação Conjunta, Brasília, 19 de maio de 2015. Disponível em <https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-conjunta-e-plano-de-acao-

conjunta-visita-do-primeiro-ministro-do-conselho-de-estado-da-republica-popular-da-china-li-keqiang-brasilia-19-de-maio-de-2015>. Acesso em 25 de junho de 2021.

_____. República Popular da China. Disponível em <<https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/relacoes-bilaterais/todos-os-paises/republica-popular-da-china>>. Acesso em 08 junho de 2021.

MONTENEGRO, R. H. **Os determinantes materiais da participação da China em operações de paz na África: o caso do Sudão do Sul**. 2019. 251 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

MOREIRA, H. M.; RIBEIRO, W. C. A China na ordem ambiental internacional das mudanças climáticas. **Estudos Avançados**, 2016, v. 30, n. 87, pp. 213-234. Acesso em 16 julho de 2021. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142016.30870013>>.

OLIVEIRA, A. L. S. **O Investimento Direto das Empresas Chinesas no Brasil: um estudo exploratório**. 2012. 233 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Engenharia Produção, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/60/teses/coppe_m/AndreLuizSoaresDeOliveira.pdf>. Acesso em 06 julho de 2021.

PAIVA, D. M. de. **Relações de Investimentos e Comércio entre o Brasil e a China no contexto da rápida expansão chinesa e da trajetória recente da economia brasileira**. 2014. 134 f. Tese (mestrado), 2014. Salvador. Disponível em <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/16463/1/RELA%C3%87%C3%95ES%20DE%20INVESTIMENTOS%20E%20COM%C3%89RCIO%20ENTRE%20O%20BRASIL%20E%20A%20CHINA%20NO%20CONTEXTO%20DA%20R%C3%81PIDA%20EXPANS%C3%83O%20CHINESA%20E%20DA%20TRAJET%C3%93RIA%20RECENTE%20DA%20ECONOMIA%20BRASILEIRA.pdf>>. Acesso em 06 março de 2021.

PETROBRAS. Encerramos nossa participação na OTC 2015, agraciados pela terceira vez com o maior prêmio da indústria offshore. **Fatos e Dados**, 2015. Disponível em <<https://petrobras.com.br/fatos-e-dados/encerramos-nossa-participacao-na-otc-2015-agraciados-pela-terceira-vez-com-o-maior-premio-da-industria-offshore.htm>>. Acesso em 21 junho de 2021.

_____. Definimos com a CNPC o modelo de negócios para Parceria Estratégica no Comperj e no Cluster de Marlim. **Fatos e Dados**, 2018. Acesso em 28 junho de 2008.

_____. China é o nosso principal destino das exportações de óleo cru. **Fatos e Dados**, 2019. Disponível em <<https://petrobras.com.br/fatos-e-dados/china-e-o-nosso-principal-destino-das-exportacoes-de-oleo-cru.htm>>. Acesso em 18 junho de 2021.

PINTO, E. C. A Trajetória do Pré-Sal: a Aposta Vira Realidade. In: LEÃO, R.; (ORGS)., W. N. **Energia e Petrolíferas Globais: Transformações e Crise**. Rio de Janeiro: INEEP - FLACSO, 2018. Cap. Bloco IV - O pré-sal e os interesses em jogo: realidade e desafios, p. 144.

PUTY, C. A estratégia de internacionalização de estatais chinesas e o Brasil. **Boletim de Análise Político-Institucional (BAPI)**, Brasília, n.15, 2018. Disponível em:

<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8631/1/BAPI15_Cap4.pdf>. Acesso em: 29 maio de 2021.

RBNA CONSULT. **Diferentes Fases da Indústria E&P e a Política de Conteúdo Local**. Disponível em <<https://rbnaconsult.com/fases-da-industria-de-ep/>>. Acesso em 21 março de 2021.

ROSEN, D. H.; HANEMANN, T. China's Changing Outbound Foreign Direct Investment Profile: drivers and policy implications. **Policy Brief**, Washington, v. 14, n. 9, p. 1-21, jun. 2009. Disponível em <<https://www.piie.com/system/files/documents/pb09-14.pdf>>. Acesso em 07 abril de 2021.

SCHUTTE, G. R.; DEBONE, V. S. A expansão dos investimentos externos diretos chineses. O caso do setor energético brasileiro. **Conjuntura Austral**, Porto Alegre, RS, v. 8, n. 44, p. 90 - 114, mar. 2018. Disponível em <<https://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/76332/53212>>. Acesso em 17 junho de 2021.

SINOPEC GROUP. **Company Profile**. Disponível em <<http://www.sinopecgroup.com/group/en/companyprofile/>>. Acesso em 12 março 2021.

THE DIALOGUE. **China-Latin America Finance Databases**. Disponível em <https://www.thedialogue.org/map_list/>. Acesso em 10 de março de 2021.

UNCTAD – CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO. **World Investment Report 2000: Cross-border Mergers and Acquisitions and Development**. Geneva: UNCTAD, 2000.

UNCTAD – CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO. **World Investment Report 2008: Transnational Corporations and the Infrastructure Challenge**. Geneva: UNCTAD, 2008.

UNITED NATIONS OFFICE OF SOUTH-SOUTH COOPERATION – UNOSSC. **About South-South and Triangular Cooperation**. Disponível em <<https://www.unsouthsouth.org/about/about-unossc/>>. Acesso em 12 junho de 2021.

VANDERLEI, G. R. C. State Grid: a inserção chinesa no setor elétrico brasileiro. **Dissertação (mestrado)**, 136 f. Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, 2018.

VICTAL, P. N. R. Anyanwu (O Despertar): O Sistema de Desenvolvimento das Nações Unidas e a Incorporação da Cooperação Sul-Sul. 2018. 438 f. **Tese (doutorado)** - Unicamp, Campinas, 2018. Disponível em <http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/332208/1/Victal_PatriciaNogueiraRinaldi_D.pdf>. Acesso em 08 fevereiro de 2020.

XU, Y. **China's strategic partnerships in Latin America: case studies of China's oil diplomacy in Argentina, Brazil, Mexico, and Venezuela, 1991–2015**. Lexington Books, 2017.

WENBIN, H.; WILKES, A. Analysis of China's Overseas Investment Policies. **Working Paper**. Disponível em <https://www.cifor.org/publications/pdf_files/WPapers/WP-79CIFOR.pdf>. Acesso em 09 junho de 2021.

WOLF, C. M. Brasil e China: das Relações Comerciais ao Avanço dos Investimentos Diretos Chineses no Brasil. **XIII ENANPEGE**, São Paulo, 2 a 7 setembro 2019. Disponível em <http://www.enanpege.ggf.br/2019/resources/anais/8/1562594561_ARQUIVO_ENANPEGE-ArtigocompletoCaioWolf.pdf>. Acesso em 14 março de 2021.

WTRG ECONOMICS. **Oil Price History and Analysis**. Disponível em <<https://www.wtrg.com/prices.htm>>. Acesso em 10 junho de 2021.

ZWEIG, D.; JIANHAI, B. China's Global Hunt for Energy. **Foreign Affairs**, v. 84, n. 5, set./oct., p. 25-38, 2005. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/20031703>>. Acesso em 29 maio de 2021.

APÊNDICE – Lista de IED realizados por empresas chinesas no setor de petróleo entre 2010 e 2019

DATA	EMPRESA CHINESA	PROJETO	VALOR (USD milhões)	SUBSETOR	TIPO	FORMA DE ENTRADA
mai/10	Sinochem	Aquisição 40% de participação no poço de Peregrino com a Statoil Petróleo Brasil Ltda	3070	Upstream	Brownfield	IED
mai/10	Sinochem	Aquisição 40% de participação no campo de Pitangola (blocos C-M-529 e C-M-530) com a Statoil Petróleo Brasil Ltda	–	Upstream	Brownfield	IED
out/10	Sinopec	Aquisição de 40% da Repsol Brasil	7111	Upstream	Brownfield	IED
anual/2010	Repsol Sinopec	Investimentos anuais em PD&I (parte chinesa)	1	PD&I	Greenfield	IED
abr/11	Sinopec	Aquisição de 20% de participação nos blocos BM-PAMA-3 e BM-PAMA-8 da Petrobras	–	Upstream	Brownfield	IED
out/11	Baoji Oilfield Machinery (Bomco)	Joint-venture com Asperbras e Brasil China Petróleo	25	Indústria de transformação	Greenfield	IED
nov/11	Sinopec	Aquisição de 30% da Petrogal Brasil	5190	Upstream	Brownfield	IED
anual/2011	Repsol Sinopec	Investimentos anuais em PD&I (parte chinesa)	0,8	PD&I	Greenfield	IED
anual/2011	Petrogal	Investimentos anuais em PD&I (parte chinesa)	0,2	PD&I	Greenfield	IED
jan/12	Sinochem	Aquisição de 10% de participação em 5 blocos na bacia do ES com a Perenco	–	Upstream	Brownfield	IED
ago/12	Repsol Sinopec	Aumento de 20% da participação no bloco BM-ES-21	–	Upstream	Brownfield	IED
anual/2012	Repsol Sinopec	Investimentos em E&P no pré-sal	947	Upstream	Brownfield	IED
anual/2012	Repsol Sinopec	Investimentos anuais em PD&I (parte chinesa)	1	PD&I	Greenfield	IED
anual/2012	Petrogal	Investimentos anuais em PD&I (parte chinesa)	1	PD&I	Greenfield	IED
anual/2012	Sinochem	Investimentos anuais em PD&I	6,4	PD&I	Greenfield	IED
mai/13	Petrogal	Aquisição de vários blocos em 3 bases: Barreirinhas, Parnaíba e Potiguar	24,4	Upstream	Greenfield	IED
out/13	CNODC	Participação de 10% no campo de Libra	691,5	Upstream	Greenfield	IED
out/13	CNOOC	Participação de 10% no campo de Libra	691,5	Upstream	Greenfield	IED
nov/13	PetroChina	Aquisição de todos os ativos da Petrobras no Peru	2600	Upstream	Brownfield	IED
anual/2013	Repsol Sinopec	Investimentos anuais em PD&I (parte chinesa)	0,7	PD&I	Greenfield	IED
anual/2013	Petrogal	Investimentos anuais em PD&I (parte chinesa)	1,2	PD&I	Greenfield	IED
anual/2013	Sinochem	Investimentos anuais em PD&I	9	PD&I	Greenfield	IED

APÊNDICE – Lista de IED realizados por empresas chinesas no setor de petróleo entre 2010 e 2019 (continuação)

anual/ 2013	Petrogal	Investimentos anuais em PD&I (parte chinesa)	1,2	PD&I	Greenfield	IED
anual/ 2013	Sinochem	Investimentos anuais em PD&I	9	PD&I	Greenfield	IED
anual/ 2014	Repsol Sinopec	Investimentos anuais em PD&I (parte chinesa)	2,8	PD&I	Greenfield	IED
anual/ 2014	Petrogal	Investimentos anuais em PD&I (parte chinesa)	1,5	PD&I	Greenfield	IED
anual/ 2014	Sinochem	Investimentos anuais em PD&I	8	PD&I	Greenfield	IED
out/15	Tek Óleo e Gás	Participação de 100% no bloco REC-T-153 (grupo HLJW)	2,6	Upstream	Greenfield	IED
anual/ 2015	Repsol Sinopec	Investimentos anuais em PD&I (parte chinesa)	2,9	PD&I	Greenfield	IED
anual/ 2015	Petrogal	Investimentos anuais em PD&I (parte chinesa)	1,4	PD&I	Greenfield	IED
mai/16	Sinopec	Venda de 20% de participação no bloco BM-PAMA-3 para a Petrobras	–	Upstream	Brownfield	IED
anual/ 2016	Repsol Sinopec	Investimentos anuais em PD&I (parte chinesa)	2,9	PD&I	Greenfield	IED
anual/ 2016	Petrogal	Investimentos anuais em PD&I (parte chinesa)	2,6	PD&I	Greenfield	IED
anual/ 2016	Tek Óleo e Gás	Blocos REC-T-126 e REC-T-127 na Bacia do Recôncavo	–	Upstream	Greenfield	IED
set/17	CNOOC	Participação de 100% nos blocos ES-M-592	12,9	Upstream	Greenfield	IED
out/17	Petrogal	Participação de 20% no campo Norte de Carcara	58,4	Upstream	Greenfield	IED
out/17	Repsol Sinopec	Participação de 25% no campo Entorno de Sapinhoá	6,2	Upstream	Greenfield	IED
out/17	CNODC	Participação de 20% na área de Peroba	133,1	Upstream	Greenfield	IED
out/17	CNOOC	Participação de 20% no campo Alto de Cabo Frio Oeste	31,1	Upstream	Greenfield	IED
anual/ 2017	Repsol Sinopec	Investimentos anuais em PD&I (parte chinesa)	4,9	PD&I	Greenfield	IED
anual/ 2017	Petrogal	Investimentos anuais em PD&I (parte chinesa)	4,3	PD&I	Greenfield	IED
anual/ 2017	Sinochem	Investimentos anuais em PD&I	1,1	PD&I	Greenfield	IED
anual/ 2017	CNOOC	Investimentos anuais em PD&I	0,002	PD&I	Greenfield	IED
anual/ 2017	CNODC	Investimentos anuais em PD&I	0,002	PD&I	Greenfield	IED

APÊNDICE – Lista de IED realizados por empresas chinesas no setor de petróleo entre 2010 e 2019 (continuação)

anual/ 2017	Petrogal	Investimentos anuais em PD&I (parte chinesa)	4,3	PD&I	Greenfield	IED
anual/ 2017	Sinochem	Investimentos anuais em PD&I	1,1	PD&I	Greenfield	IED
anual/ 2017	CNOOC	Investimentos anuais em PD&I	0,002	PD&I	Greenfield	IED
anual/ 2017	CNODC	Investimentos anuais em PD&I	0,002	PD&I	Greenfield	IED
mar/18	Petrogal	Participação de 20% no bloco C-M-791	13,3	Upstream	Greenfield	IED
mai/18	PetroChina	Aquisição de 30% da TT Work	992,7	Downstream	Brownfield	IED
jun/18	Petrogal	Participação de 14% no campo Urupuru	31,2	Upstream	Greenfield	IED
set/18	CNOOC	Participação de 30% no campo Pau Brasil	55,7	Upstream	Greenfield	IED
anual/ 2018	Repsol Sinopec	Investimentos anuais em PD&I (parte chinesa)	6,1	PD&I	Greenfield	IED
anual/ 2018	Petrogal	Investimentos anuais em PD&I (parte chinesa)	6,3	PD&I	Greenfield	IED
anual/ 2018	Sinochem	Investimentos anuais em PD&I	5,1	PD&I	Greenfield	IED
anual/ 2018	CNODC	Investimentos anuais em PD&I	0,6	PD&I	Greenfield	IED
anual/ 2018	CNOOC	Investimentos anuais em PD&I	0,6	PD&I	Greenfield	IED
nov/19	CNOOC	Participação de 5% no campo Búzios	835,1	Upstream	Greenfield	IED
nov/19	CNODC	Participação de 5% no campo Búzios	835,1	Upstream	Greenfield	IED
nov/19	CNODC	Participação de 20% no campo Aram	259,9	Upstream	Greenfield	IED
anual/ 2019	Repsol Sinopec	Investimentos anuais em PD&I (parte chinesa)	5,7	PD&I	Greenfield	IED
anual/ 2019	Petrogal	Investimentos anuais em PD&I (parte chinesa)	6,5	PD&I	Greenfield	IED
anual/ 2019	Sinochem	Investimentos anuais em PD&I	3,5	PD&I	Greenfield	IED
anual/ 2019	CNOOC	Investimentos anuais em PD&I	0,8	PD&I	Greenfield	IED
anual/ 2019	CNODC	Investimentos anuais em PD&I	0,8	PD&I	Greenfield	IED

Fonte: Elaboração própria a partir de Barbosa (2021, p.17 e 18).

ANEXO A – Lista de projetos da Petrobras em parceria com a Sinopec (em % de participação)

Firms	Repsol-Sinopec	Sinopec	Petrogal	Petrobras
ES-M-414	11			88*
BM-POT-17			20	40*
BM-S-24 and BM-ES-31			20	80*
BM-PAMA-8		20		80*
C-M-539	35			30
AM-T-84			40	60*
POT-T-699			50	50*
BT-POT-29/36			50	50*
BM-PEPB-1, 2 e 3			20	80*
BM-POT-51			50*	50
Albacora Leste	10			90*
BM-S-50	20			60*
BM-S-51 and S-M-619/623	20			80*
BM-S-7	37			63*
Lapa	25			45*
Sapinhoá, Nordeste, Noroeste, Sudoeste	25			45*
Pre-salt				
Lula			10	65*
Uirapuru			14	30*
Atapu			10	42.5*

Source: Author's calculations based on the Brazilian National Agency of Petroleum, Natural Gas and Biofuels' (ANP) data.
Obs.: * Operator.

Fonte: Barbosa (2020, p.327).

*Operador.

ANEXO B – Lista de projetos da Petrobras em parceria com a CNOOC e a CNPC (em % de participação)

Companies	Pre-salt			
	PP1 Libra	PP3 Peroba	PP6 Aram	CO Buzios
CNODC	10	20	20	5
CNOOC	10	-	-	5
Petrobras	40*	40*	80*	90*

Source: Author's calculations based on ANP's data.

Obs.: 1. PP refers to production sharing regime pre-salt auctions; and CO, to onerous assignment regime pre-salt auctions.

2. * Operator.

Fonte: Barbosa (2020, p.328).

Obs1: *Operador

Obs2: PP refere-se à regime de partilha de produção e CO regime de cessão onerosa em leilões do pré-sal.